Edição Porto • Ano XXXI • n.º 10.952 • 1,70€ • Domingo, 19 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

GABRIEL SOUSA

Público

Portugal foi dos mais rápidos a fechar-se, mas não será dos últimos a sair à rua

Diplomacia das máscaras, o novo negócio da China

P2

Consórcio de portugueses cria teste para detectar imunidade • Manuel Loff: "Numa sociedade pouco feliz, o medo avança. As pessoas cumprem" • BE preocupado com "austeridade" na função pública • Covid-19 está a causar escassez de drogas

Destaque, 2 a 15 e Editorial • **Acompanhe em** publico.pt/coronavirus

25 de Abril Ferro avisa que "tem de ser e vai ser celebrado"

Presidente da Assembleia responde a boicote do CDS e a petição que pede cancelamento de festejos **p20**

Advogados fizeram "preço de desconto" a Rui Pinto

Signals Network, que financia defesa de *hacker*, gastou 30 mil euros nos últimos 15 meses **p21**

Matos Fernandes "Rendas de longa duração vão emergir no centro das cidades"

Economia, 22 a 24

Trump incentiva à revolta contra governadores

Dezenas de pessoas manifestaram-se contra medidas de "ficar em casa" sem observar qualquer distanciamento social **p25**

Clubes da I Liga já perderam 100 milhões com a covid-19

Quebra nas receitas das transferências de jogadores afecta os "grandes". FC Porto é o mais aflito **p30/31**

ISNN-0872-1556

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Portugal foi rápido a fechar-se e não será dos últimos a sair à rua

O PÚBLICO analisou a rapidez da resposta de vários países, as medidas aplicadas em cada um e em que fase da pandemia, e qual o calendário do "desconfinamento"

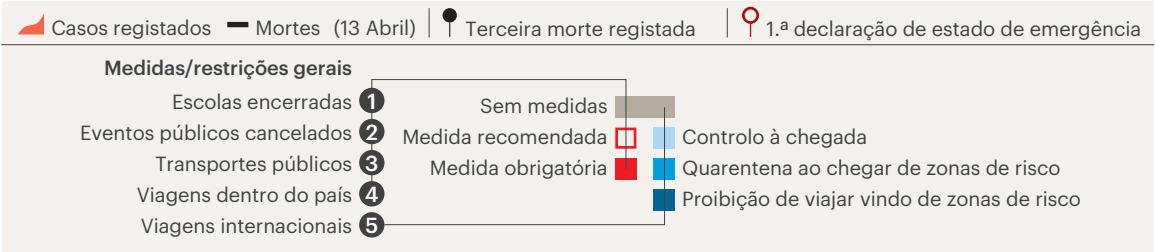
Claudia Carvalho Silva e José Alves

A dura realidade de outros estados e a chegada tardia do novo coronavírus a Portugal deram tempo ao país para tomar medidas de prevenção evitando uma subida vertiginosa de novos casos e o colapso do sistema de saúde. Aprendeu-se com o exemplo das medidas tomadas lá fora e, agora, Portugal ficará novamente de olhos postos nos países que começam a sair à rua. É preciso cautela, dizem os especialistas, "estamos todos a navegar em terrenos novos".

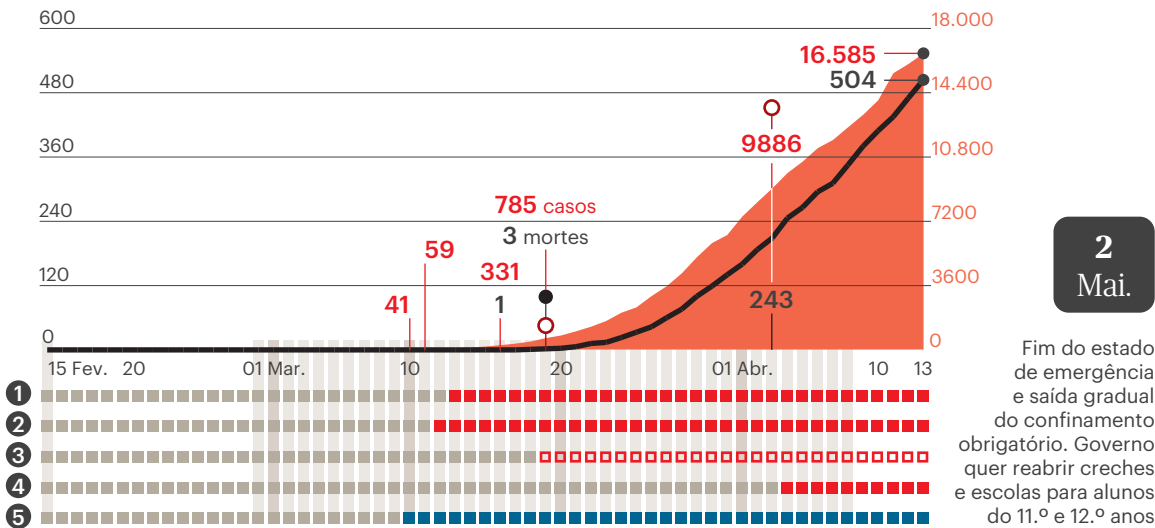
Em Portugal, havia apenas três mortes (e 785 casos) quando foi declarado o primeiro estado de emergência, que entrou em vigor à meia-noite de 19 de Março. Espanha declarou emergência quando a covid-19 tinha feito 84 mortes e infectado mais de 3 mil pessoas. No Reino Unido, que tomou medidas mais tardias, havia 281 mortes e 5683 casos no dia em que entraram em vigor "poderes de emergência". "Beneficiámos quando outros países implementaram medidas e vimos os custos de não o fazer", diz Ricardo Mexia, médico de Saúde Pública do Instituto Ricardo Jorge.

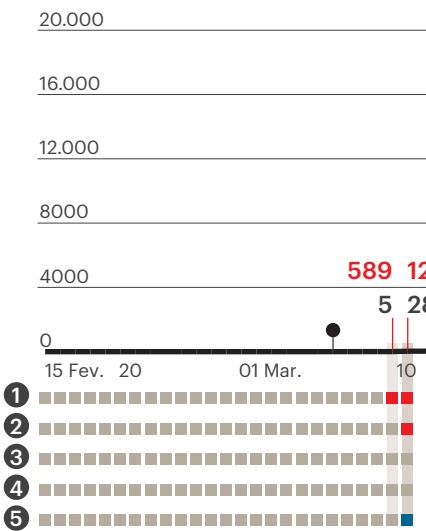
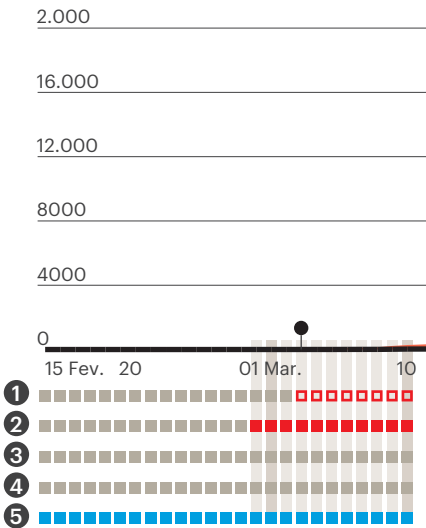
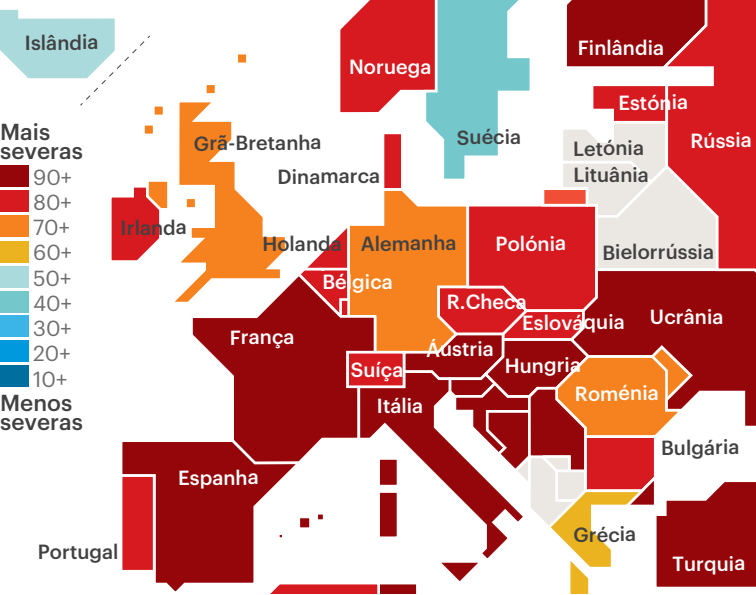
Mas a covid-19 e as medidas a que obrigou são também uma ameaça às economias. "Quanto mais se atrasar o regresso à actividade económica, maior será o impacto no nível de vida das pessoas", explica o economista de saúde Pedro Pita Barros. É crucial perceber qual a melhor forma de reabrir parcialmente a economia.

Por cá, o prolongamento do estado de emergência dura até 2 de Maio e não deverá ser renovado. É uma operação com riscos. "Há risco de voltar a haver um crescimento de novas infecções, mas também há um maior conhecimento de todos sobre como minimizá-lo", refere Pita Barros. O primeiro-ministro, António Costa, diz que a reabertura económica implicará o uso "obrigatório" de máscara em transportes públicos e escolas, os alunos do 11.º e 12.º voltarão a ter aulas presenciais, mas começarão "mais tarde do que o horário normal de trabalho", para que não se cruzem com os restantes trabalhadores nos transportes públicos. As praias terão restrições, os cinemas lugares marcados de duas em duas filas e de três em três lugares e o comércio abrirá gradualmente e por zonas das cidades. Poderemos "aprender" novamente com os que começam agora a sair à rua, como a Áustria, a Espanha ou a Itália. Portugal não será dos últimos a sair de isolamento: o Reino Unido continua em casa até 7 de Maio, França até 11, a Roménia até meados do mesmo mês. "Não é sustentável manter este nível de confinamento de uma forma prolongada", nota Ricardo Mexia.

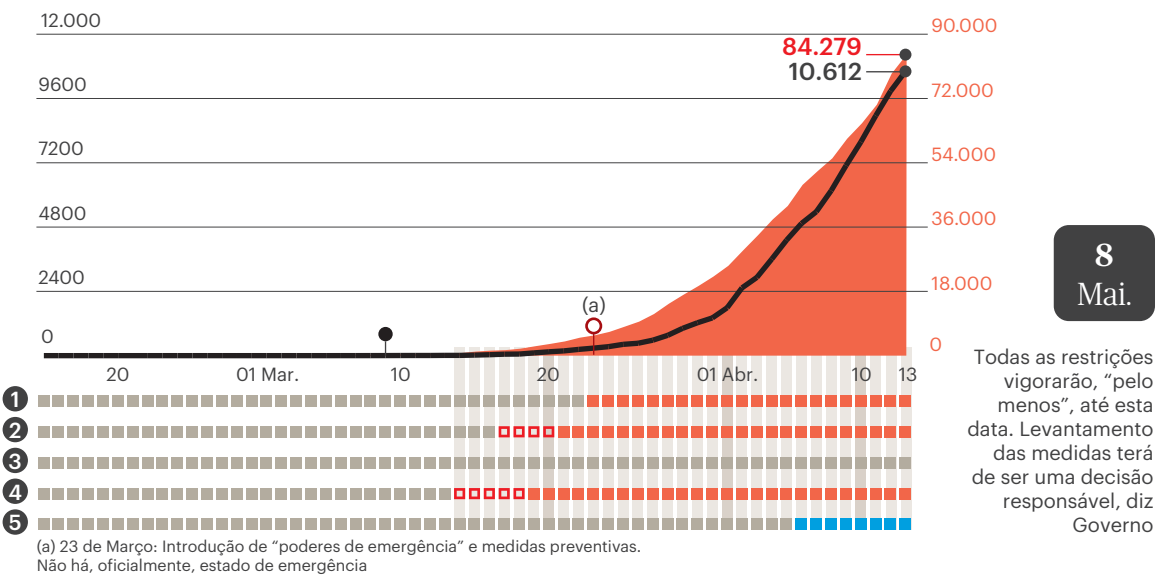
claudia.silva@publico.pt

As universidades foram as primeiras a fechar; as escolas a seguir. O estado de emergência chegou pouco depois, ao ver-se a gravidade do que acontecia no estrangeiro

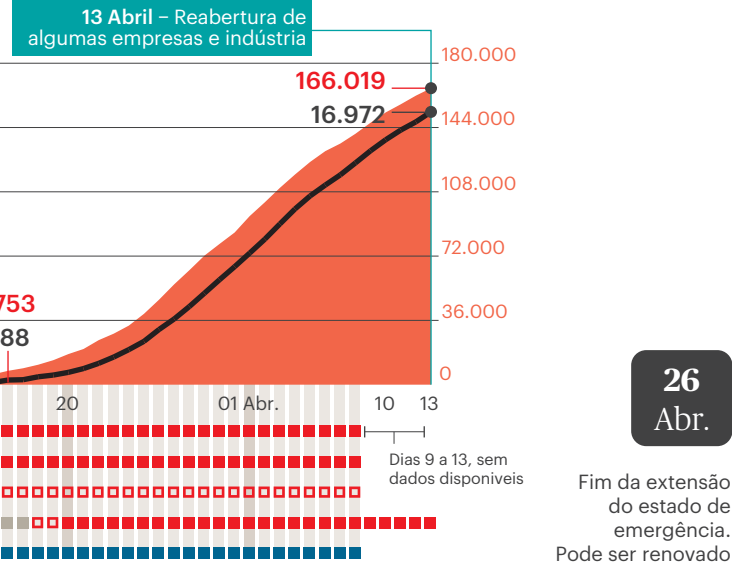
2 Mai.

Fim do estado de emergência e saída gradual do confinamento obrigatório. Governo quer reabrir creches e escolas para alunos do 11.º e 12.º anos

Estado de emergência: esta expressão assume designações diferentes em alguns países. Aqui, genericamente, refere-se a um regime excepcional que obrigou a economia a "parar"

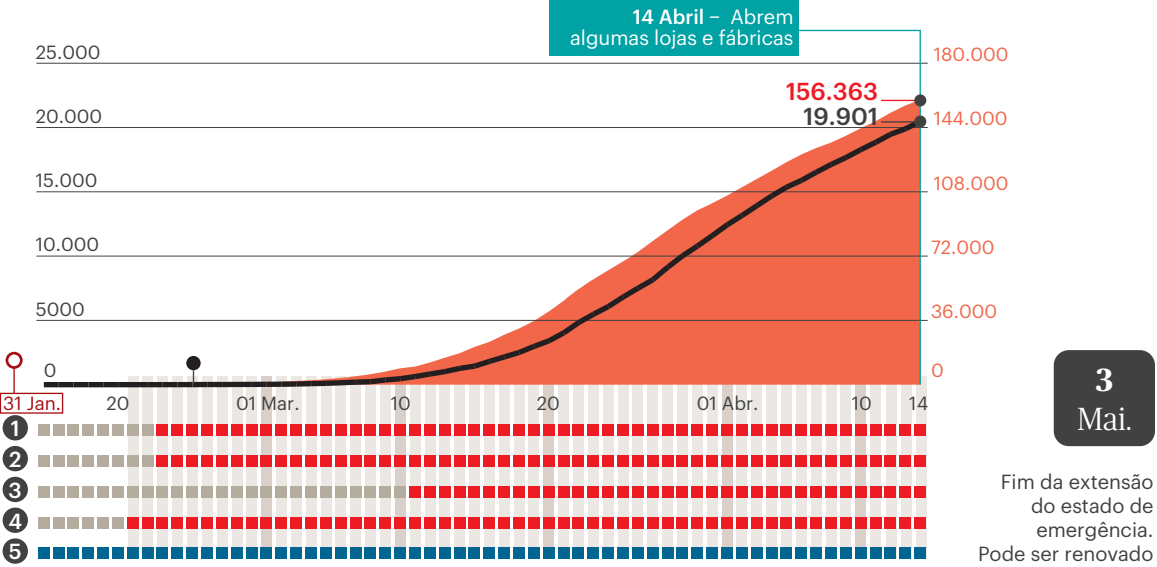
Fonte: Oxford COVID-19 Government Response Tracker; Direcção-Geral da Saúde (DGS)

Reino Unido

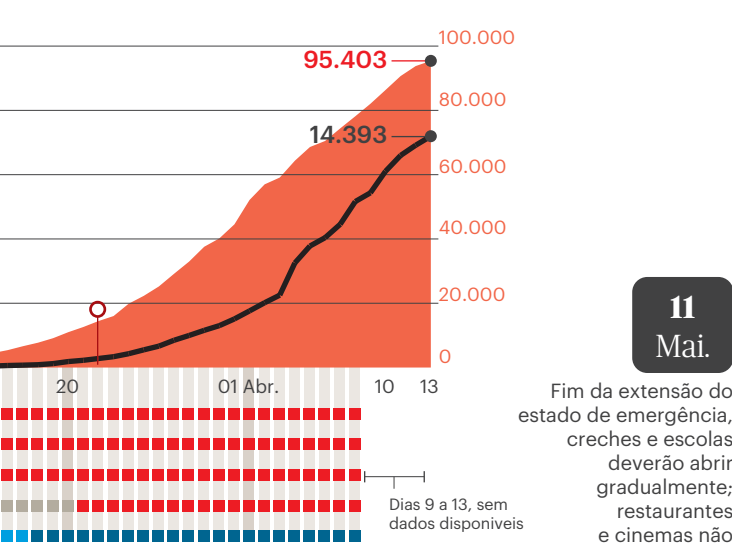
Em terras britânicas, pede-se que só saia de casa quem precise ou tenha de ir trabalhar. O país fechou as escolas tarde, mas é agora dos mais cautelosos quanto ao desconfinamento

Todas as restrições vigorarão, "pelo menos", até esta data. Levantamento das medidas terá de ser uma decisão responsável, diz Governo

Os números de casos em Espanha foram agigantando-se de dia para dia e, no início de Abril, o número de infecções em Espanha ultrapassou os de Itália

Fim da extensão do estado de emergência. Pode ser renovado

Itália

O Norte de Itália tornou-se um dos principais focos de infecção na Europa. Os hospitais ficaram sobrelotados e eram registadas centenas de mortes por dia

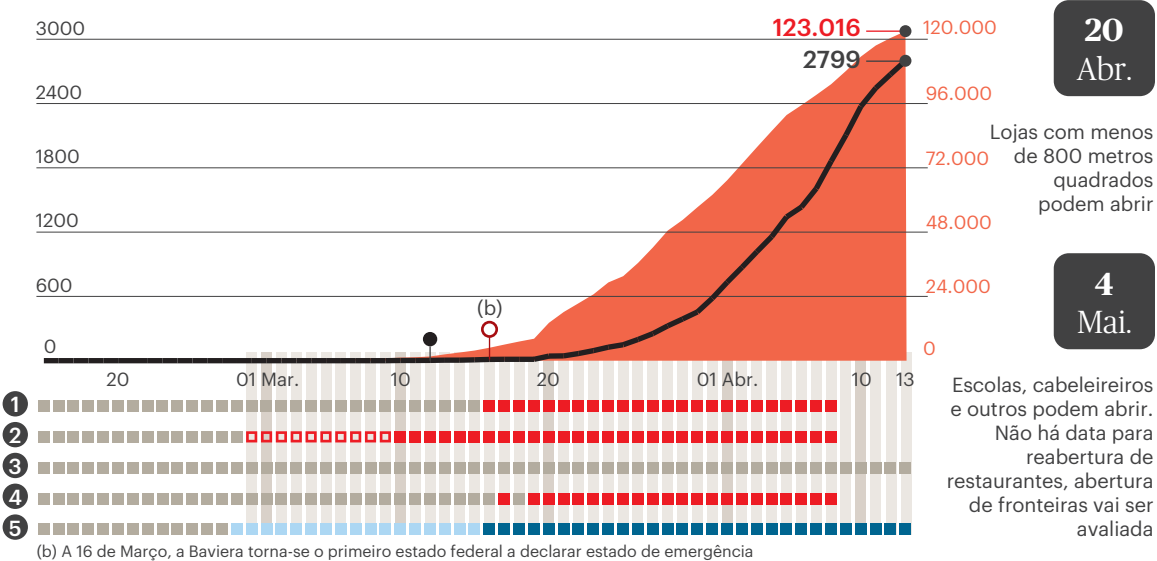
Fim da extensão do estado de emergência. Pode ser renovado

Foi em França que se registaram os primeiros casos de covid-19 na Europa. É o quarto país do mundo com mais casos e mais infecções

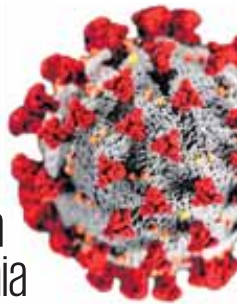
Fim da extensão do estado de emergência, creches e escolas deverão abrir gradualmente; restaurantes e cinemas não

Alemanha

É um caso excepcional por ter um número elevado de infecções mas poucas mortes. A Alemanha tomou medidas drásticas, como proibir os ajuntamentos de mais de duas pessoas

Lojas com menos de 800 metros quadrados podem abrir

Escolas, cabeleireiros e outros podem abrir. Não há data para reabertura de restaurantes, abertura de fronteiras vai ser avaliada

PÚBLICO

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

20 mil profissionais testados
Está previsto que até ao final da primeira semana de Maio se concluam os testes de diagnóstico aos cerca de 20 mil profissionais de unidades de cuidados continuados e lares de idosos do Norte, disse a ministra da Saúde. Seguir-se-á o Centro e depois as outras regiões.

"Numa sociedade pouco feliz, o medo avança. As pessoas cumprem"

Manuel Loff Historiador e professor na Universidade do Porto, diz que é preciso explicar que "é possível viver e trabalhar no espaço público sem estar em risco"

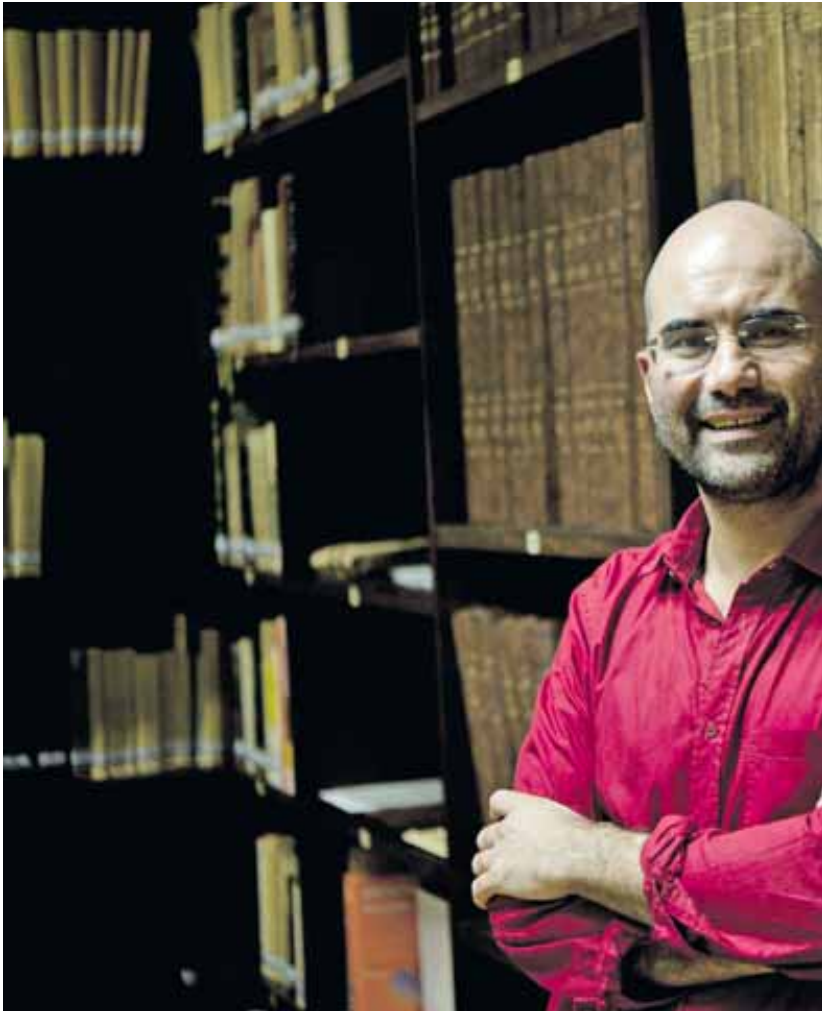
Entrevista
Natália Faria

"Medo, infelicidade e pessimismo." Manuel Loff, historiador e professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, explica assim a pronta resposta dos portugueses ao "toque para recolher". Demarcando-se do discurso "hegemónico" e "totalmente avassalador" quanto à eficácia do isolamento social, considera que, por causa do mesmo medo, os portugueses serão dos que mais resistirão ao regresso à vida normal. E porque nenhuma economia sobreviverá a ano e meio de paralisação, defende que é urgente explicar que "o espaço público não é uma bomba por explodir".

Os portugueses mais do que franceses, espanhóis e italianos, acataram o confinamento doméstico. A prontidão nesta resposta é resquício da ditadura ou a questão não é tão simples nem tão linear como isso?

Começo por alguns outros dados que ajudam a explicar os resultados portugueses e que também se repetem nos países da Europa centro-oriental (Roménia, Bulgária, Hungria, Polónia...) que têm uma mortalidade e uma taxa de infecção igualmente baixas que decorrem da natureza também periférica das economias. É verdade que o carácter periférico de Portugal ajuda a isto. Países com conexões internacionais regulares e com comunidades de migrantes maiores foram mais afectados. Nos mais graves casos europeus, onde é que tudo isto se concentrou? Onde há mais indústria exportadora, mais comércio internacional, como o Norte de Itália, Catalunha ou Madrid. São ao mesmo tempo zonas cuja composição social e étnica faz com que haja mais conexões internacionais. Isto também se aplica ao caso português, onde os maiores focos de contágio estão nas regiões com mais indústria exportadora, como a área metropolitana do Porto. Portanto, sou crítico da ideia de que se está a generalizar de que este menor impacto da pandemia em Portugal se deva só às medidas adoptadas. Há, em Portugal, um tal consenso maioritário, hegemónico, totalmente avassalador, sobre o modelo escolhido da supressão que ninguém vai querer dizer que ele não funcionou. Nós ainda não chegámos ao fim do processo – estamos longe disso – e já estamos a dizer que ele funcionou. Por outro lado, não somos a população mais envelhecida – Itália ou Espanha têm-na mais – mas é verdade que, em todo o interior, de norte a sul, a nossa composição demográfica é exactamente a de qualquer país do que antigamente se chamava terceiro mundo, de qualquer país pobre onde há muita emigração: regiões inteiras ficaram despovoadas de jovens e de gente em idade activa e sobrecarregadas proporcionalmente de velhos. E, sendo um grupo de risco, os velhos têm poucos contactos sociais, saem pouco. Explicamos desta forma por que razão é que uma grande parte do interior, salvo focos isolados e muito ligados aos fenómenos desoladores dos lares de idosos, está relativamente poupado a isto.

As nossas debilidades em termos de coesão territorial e social ajudam a combater o vírus?

É verdade. O facto de o interior ter – proporcionalmente até – poucos casos resulta em grande medida desse país, não só desigual, mas profundamente pobre. O interior – Trás-os-Montes, Beiras, uma grande parte do Ribatejo, Alentejo – retrata uma sociedade pobre que tem pouco paralelo na maioria do conjunto dos territórios da União Europeia. Isso ajuda. Em Portugal, onde é que concentraram as possibilidades de contágio? Nas regiões urbanas, onde há muito mais interconexões, muito mais jovens que estudam fora de casa, muito mais migrantes, muito mais comércio internacional. E aí funcionou este zelo, esta enorme vontade de contenção, que, contudo, nos fará pagar um preço económico muito grande. Creio, em primeiro lugar, que esta contenção é muito superior ao que aconteceu em Itália e Espanha e em boa parte dos países do Norte da Europa, onde se vêem medidas muito semelhantes mas não tão radicais quanto as nossas – com a excepção do caso sueco, que não tem medidas de contenção senão para os grupos de risco. Não arrisco dizer que a adesão ao isolamento social seja um resquício da ditadura. Nós somos à escala europeia, dizem-nos todos os estudos da OCDE, uma das sociedades mais deprimidas, mais infelizes e mais tristes da Europa. Somos a sociedade mais desigual da Europa ocidental, das que consomem mais antidepressivos e das que têm uma perspectiva mais pessimista e se sentem menos felizes. E, numa sociedade pouco feliz, o medo avança. As pessoas cumprem aquilo que lhes pedem. Além do mais, alguns dos nossos concidadãos – e, isso sim, é uma prática que era típica da ditadura – transformaram-se em "delatores". Uma sociedade cuja polícia diz que diariamente recebe centenas de chamadas a denunciar pessoas que se passeiam na rua é também uma sociedade em que uma parte das pessoas virou delatora.

Portanto, esta pronta adesão ao isolamento não assenta num avanço civilizacional mas na depressão e no medo.

É medo, é infelicidade, é pessimismo face ao futuro, que agora se vai agravar.

O aparente sucesso no travão à propagação do vírus decorre do nosso subdesenvolvimento?

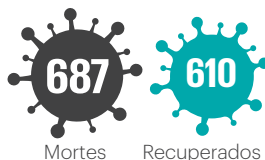
Não diria subdesenvolvimento, mas da nossa pobreza relativa, do carácter periférico da nossa sociedade e, insisto, do menor contentamento com a vida que os portugueses manifestam comparativamente a outras sociedades e que decorre da polarização, da maior pobreza e do envelhecimento do interior sentido em grande medida como abandono.

Na ressaca da pandemia, que factura iremos pagar em termos sociais?

O tom mudou, já ouvimos Marcelo

Mortos têm em média 81,4 anos
A média de idades dos 683 mortos por covid-19 em Portugal é de 81,4 anos, revelou a Direcção-Geral da Saúde. O mais novo tinha 40 anos e o mais velho 102. Na região Centro, a média sobe para 83,5 anos; 51% eram mulheres e 49% homens e 84% morreram em meio hospitalar.

Fonte: DGS

Pico entre 23 e 25 de Março
O número médio de pessoas que cada infectado contagia é agora de 0,91, o que significa que cada infectado contagiou menos de uma pessoa. "Estes dados continuam a permitir estimar que o máximo da incidência tenha ficado entre os dias 23 e 25 de Março", disse Marta Temido.

PAULO PIMENTA

adoptar um discurso optimista e a dizer que o pico já passou, o que, contudo, como já vimos na questão das escolas, não vai permitir o regresso à normalidade. E a questão das escolas é central desde quando percebemos que a sociedade, e particularmente os pais de crianças em idade escolar, os professores e os directores das escolas, estava claramente à frente do Estado e das autoridades sanitárias, ao exigirem medidas que nem as autoridades sanitárias nem a própria Organização Mundial de Saúde propunham que fossem adoptadas. As autoridades sanitárias disseram que haveria uma fase de contenção e depois de mitigação e nós saltámos imediatamente para a segunda fase.

O Governo encerrou escolas num contexto de pressão social e contra a recomendação do Conselho Nacional de Saúde Pública.

As pessoas têm medo, é natural, mas julgo que esse medo fará com que se recusem regressar ao espaço público e ao trabalho presencial enquanto não lhes garantirem a 100 por cento – a 100 por cento! – que não há risco de contágio. Ora, contágio sem risco só quando houver vacina. O primeiro-ministro, António Costa, portou-se muito bem ao lembrar que o ensino virtual não substitui o ensino presencial. É importante que ele o tenha feito porque os professores, com medo, querem continuar no virtual. E não só os que têm asma ou já fizeram tratamentos oncológicos: são todos. Esta é a maior batata quente que o Governo vai ter nos próximos meses, também porque somos dos países que, na Europa, tem dos sistemas mais difíceis de acesso à universidade. Portanto, alguém terá de vir explicar de novo que o espaço público não é uma bomba por explodir, não é um perigo permanente e que é possível viver e trabalhar no espaço público sem estar em risco. Isto significa dar máscaras, garantir distanciamento, segmentar a população, mas é possível. E já se sente em vários países europeus essa preocupação em planear um regresso à normalidade. E essa planificação passa por duas coisas, uma das quais não vamos fazer tão cedo, e que é a testagem, quer ao vírus, quer sobretudo à imunidade para um grande número de pessoas. E depois, sim, fazermos uma segmentação da população.

Já se está a avaliar de que modo poderemos avançar para esses testes serológicos.

Sim, e esses testes permitirão segmentar a população e dizer, fora dos grupos de risco, quem é que deveria voltar ao trabalho. Tenho acompanhado diariamente os *media* espanhóis, italiano, franceses e britânicos e, por comparação, parece-me, embora isto seja empírico, que nós seremos dos países onde mais está presente este consenso sobre não regressarmos à normalidade enquanto não houver segurança e garantias absolutas. E, para mim, este consenso maioritário entre os portugueses vai dificultar e até bloquear qualquer forma de regresso segmentado ou faseado à normalidade.

Os portugueses vão também resistir ao desconfinamento?

O medo é natural, mas bloqueia as pessoas e vai-nos bloquear colectivamente muito tempo. O melhor indicador disto é a reacção de pais, professores e directores de escolas à ideia que o Governo lançou de que eventualmente em Maio poderíamos ter um regresso às aulas presenciais no secundário. E o problema é que a curva [epidemiológica] é tão achatada que isto se vai prolongar imenso tempo. Não há nenhuma nova epidemia, nenhum novo agente patogénico contagioso, que não se generalize em algum momento. Logo, o que temos é de ganhar imunidade. É evidente que deve haver medidas que contenham a propagação, mas temos de fazer isto com o mínimo de racionalidade, porque, se não fizermos nada enquanto não houver vacina, qual é a sociedade que aguenta 18 meses parada?

natalia.faria@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 32

Dias diferentes, noites iguais

Luís Mestre

Desde o início da quarentena que sou avassalado por um sonho recorrente: atravesso a pé uma cidade que não conheço, deserta. São horas de caminhada nocturna numa viagem solitária, perdido por ruas e avenidas. Não sei em que cidade, país, continente ou hemisfério. Talvez este lugar fantasiado não seja mais do que a regurgitação de locais que visitei. Por vezes, sou atraído por alguns sons imperceptíveis ao fundo de uma rua. E lá vou eu, numa nova direcção. Não me tenho cruzado com ninguém nestes devaneios e mantenho-me sempre num silêncio rouco. Oiço apenas o bater do meu coração. Acordo sempre cansado. Ontem, talvez por causa dos batimentos, recordei-me de uma personagem de Pinter: o seu nome era Jimmy. Dizia que o escuro era a única coisa que tinha, que estava na boca dele e que o chupava. Chupava o escuro.

Nestes tempos de quarentena, o que separa estas noites do dia é a minha caneca de café. Há muito tempo, um cigarro tinha essa propriedade. Mas deixei de fumar. E começo outra viagem, a do dia: pela manhã vejo a caixa de entrada do *email*, envio respostas, leio os jornais que assino e organizo as leituras e os *milestones* da escrita para esse dia, tudo por esta ordem. Em seguida, aguardo a conferência de imprensa da DGS enquanto escrevinho algumas ideias, imagens e frases num simples pedaço de papel que encontro pela casa. Sirvo-me de mais um pouco de café e sento-me em frente à televisão no mesmo silêncio rouco, na esperança de que regressemos rapidamente aos dias felizes. Aguardo notícias do planalto (palavra que em mim espoleta sempre o *Encontros Imediatos do 3.º Grau*): vivemos em tempos "reais", extraordinários, não-ficcionados.

Almoço. A zona neutra do dia acontece quando trato da louça. A pulsação acalma, os batimentos tornam-se mais lentos. Durante a tarde tenho imensa companhia. Encontro-me a trabalhar na reescrita de um clássico russo, *Tio Vânia* de Anton Tchékhov, que estreará no final de Outubro na Casa das Artes de Famalicão. E é exactamente por isto que mantenho longos diálogos abertos com outros autores que fizeram o mesmo. E com as personagens. São conversas que ficam sempre inacabadas. Temos muito que dizer. E marcamos novo encontro para os dias seguintes...

Pelo final da tarde, dava uma caminhada. Gosto de apreciar a hora dourada. Agora não faço isso. Fico entretido a olhar para o vazio, ausente, a mordiscar nos cubos de gelo do *gin* tónico que preparei. Começa a ser o cerimonial do isolamento. É nessa altura que percebo que o elevador do prédio onde vivo nunca parou, vive suspenso num grande frenesim, todos os dias. Um fenómeno estranho para mim.

Noite. Janto com as notícias na televisão. Desligo a meio: os jornais da noite parecem-me intermináveis com este novo formato que tem por base um tom condescendente. Por hoje, não há mais nada a fazer. Agora, só penso que não quero entrar depressa naquela noite escura, de novo. Não quero chupar o escuro. Leio a biografia do Sam Shepard e aguardo a cidade desconhecida que encontro durante o sono.

Autor lírico-dramático

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Ovar já deitou foguetes, mas ainda há muito a fazer no combate à covid

Eduardo Cabrita visitou a cidade no primeiro dia após o fim da cerca sanitária. E reforçou que as medidas que se aplicam aos vareiros são mais restritivas do que as do resto do país

Reportagem
Sandra Silva Costa (texto) e Adriano Miranda (fotografia)

À meia-noite de sábado, quando as primeiras barreiras físicas que limitavam as entradas e saídas em Ovar começavam a ser levantadas, estouraram foguetes em algumas das oito freguesias do município. Não seria caso para tanto, visto que, depois de um mês de uma cerca sanitária que isolou o concelho do resto do país, as restrições à circulação continuam, mas Adélia Silva e Rui Santos (não, não foram eles que deitaram foguetes...) também sentem que têm pelo menos um motivo para festejar.

Na segunda-feira, este casal de Esmoriz poderá regressar ao trabalho. Ambos com 40 anos – na verdade, Adélia só os completa no dia 28, "que bela maneira de entrar nos 40", sorri –, estão há um mês em casa, "a olhar para as paredes", como diz Rui, que não esconde que estes dias "têm sido frustrantes". Trabalha numa fábrica de escadotes em Rio Meão, no vizinho concelho de Santa Maria da Feira, e desde 18 de Março, quando o cerco foi imposto à volta de Ovar, que ficou impedido de aceder ao posto de trabalho. Adélia também: é funcionária de uma fábrica de rolhas de cortiça em Oleiros, igualmente na Feira.

Nestes dias de confinamento, ele apenas saiu para ir às compras, ela para passear "as duas cadelas perto de casa". Agora que o cerco foi levantado, ambos salientam que o mais importante é poderem regressar "à rotina do dia-a-dia". "O facto de termos o nosso local de trabalho à nossa espera já é menos uma dor de cabeça", considera Adélia. O resto "vai-se indo e vai-se vendo". "Agora é importante que as pessoas do concelho de Ovar percebam que ainda não podem ter a sua vida normal", diz.

Na cidade de Ovar, a manhã de sábado acordou soalheira no primeiro dia pós-cerca sanitária. Pelas 10h, na zona conhecida como Habitovar, viam-se as filas habituais em frente à Padaria Charlot e ao talho vizinho. No centro da cidade, o cenário era idêntico nos supermercados Novo Horizonte e Vieiras, na Padaria Flor d'Ávila ou na Farmácia Zagalo.

Helena Almeida, que há 16 anos deixou o Estoril para se fixar em Ovar porque se casou com um vareiro, chega de mota à Casa Alentejana, que vende vinhos, queijos, azeites, frutas, enchidos e compotas. Em conversa com o PÚBLICO, conta que tem saído de casa "todos os sábados de manhã para fazer compras". Hoje, nota, já se sente "um pouco mais de movimento nas ruas". "Pode ser a acção psicológica a funcionar", comenta, embora ressalve que sabe perfeitamente que as restrições continuam. "A única coisa que se alterou foram as entradas e as saídas no concelho e as paragens dos comboios. De resto, dá-me até a sensação de que as forças de segurança vão controlar mais."

De certa forma, Helena antecipou as palavras do ministro da Administração Interna, que na manhã de sábado visitou Ovar para agradecer "olhos nos olhos" aos que foram "verdadeiros heróis nesta batalha". Aos jornalistas, já depois de ter assistido à reunião diária do gabinete de crise local, Eduardo Cabrita, equipado com uma viseira personalizada, adiantou que o município manter-se-á debaixo de uma "monitorização muito intensa" e que, nalguns casos, o trabalho das forças de segurança poderá até ser "alargado". A intervenção da PSP e da GNR poderá ser "mais exigente e sofisticada", de forma a "garantir o cumprimento estrito das regras de distanciamento" necessárias para conter a propagação do novo coronavírus – principalmente durante o fim-de-semana de bom tempo que se perspectiva. Já na sexta-feira, Salvador Malheiro, presidente da Câmara Municipal de Ovar, deixara na sua página de Facebook o aviso: se for necessário, a autarquia cortará o acesso às praias, marginais e passadiços. Ao início da tarde de sábado, a Avenida Central do Furadouro e respectiva marginal estavam praticamente desertas, constatou o PÚBLICO. Pelo menos aqui, numa das mais frequentadas praias do concelho, a ordem de recolhimento estava a ser levada à letra.

Eduardo Cabrita recordou ainda que o decreto-lei que regulamenta a terceira fase do estado de emergência nacional tem um artigo especialmente dedicado a Ovar e nele se explicitam medidas mais restritivas para os munícipes. Que podem apenas circular na via pública para a aquisição de bens essenciais ou para se deslocarem a serviços postais, bancários ou de seguradoras; para irem ao médico ou apoiar familiares; ou para irem trabalhar – mas ainda assim têm de estar munidos de uma declaração da entidade empregadora.

"Ó freguesa, é do nosso mar!"

Maria de Fátima Valente, funcionária da Florista Fernandinha, no centro de Ovar, está a atender uma cliente que se lamenta do estado das couves-galegas – "quando se apanham, já estão todas queimadas". A loja onde trabalha há 30 anos "feitos a 2 de Abril" só esteve fechada "nos dois primeiros dias" de funcionamento da cerca sanitária. "Depois, abrimos logo, porque vendemos rações para os passarinhos e para as galinhas." Flores é que saem muito poucas por estes dias. "Já nem para funerais vendemos", lamenta a habitante de Válega, informando que este sábado "há três enterros", todos de pessoas que "morreram do vírus". Segundo os números da autarquia, Ovar regista 604 infectados (504 na contabilidade da Direcção-Geral da Saúde) com o SARS-CoV-2 e 25 óbitos.

Agora que a cerca sanitária foi levantada, Maria de Fátima teme que alguns vareiros não tenham o melhor comportamento. "Por exemplo, há aqui uma senhora de 80 anos que vem cá muitas vezes. E não vem fazer nada, vem passar o tempo. Já lhe disse que não pode ser, até porque a patroa não quer, mas ela, coitada, acaba por vir. E sem máscara. Eu que estou aqui vejo muito isso: são as pessoas mais velhas as que têm menos cuidado..."

Cuidado é coisa que Jorge Catalão promete ter. Quando Ovar ficou isolada, decidiu fechar a loja. "Não por uma imposição legal, antes por uma questão de solidariedade com os restantes comerciantes." A Casa das Festas, que há 21 anos vende pão-de-ló e outros bolos de *cake design*, só voltou a abrir as portas no fim-de-semana da Páscoa. Antes, conta ao PÚBLICO, também não valia a pena mantê-las abertas: "A maior parte dos consumidores de pão-de-ló são de fora. Se não podiam cá entrar pessoas de outros concelhos, para que é que íamos estar abertos?"

Jorge e a mulher voltarão em breve a abrir a Casa das Festas, mas respeitando "escrupulosamente" todas as regras. "Este não é o momento para ganhar dinheiro. Vou retomar a minha actividade, mas cumprindo tudo direitinho. Nós estaremos protegidos e na loja só entrará uma pessoa de cada vez. É importante que os comerciantes sejam eles próprios conscienciosos." Se a primeira cerca sanitária foi "absolutamente indispensável", Jorge entende que a sua renovação já não foi "tão imprescindível" e que agora chegou o momento de, aos poucos, a economia local iniciar a sua recuperação. "Não podemos

passar de um estado de calamidade para um estado de calamidade económica", sublinha. O que Jorge teme é que o "estigma" que caiu sobre os vareiros demore a passar. "Passou a sensação que somos todos perigosos", lamenta. Helena Almeida reitera a preocupação: "O meu receio é que o povo de Ovar fique aqui com o rótulo."

A Fernanda de Oliveira, de 67 anos, preocupa-a mais o facto de "a calamidade" a ter apanhado de surpresa e a ter deixado privada de um rendimento que completa "a reforma pequenina" que tem. "Há uns 25 anos" que vende peixe no Mercado Municipal e pelas ruas de Ovar, empurrando um carrinho. Naquele tom de voz cantado tão característico dos vareiros, conta que espera "por novas ordens" para poder voltar ao activo.

Vive em Enxemil, na cidade de Ovar, e não é "mulher de estar parada". "Estou habituada a andar, a gente parada sente muito", comenta. E custa-lhe "ter deixado os clientes de mãos a abanar". "Mas não podia fazer nada, alguns ainda me ligaram a perguntar se tinha peixe, mas tiveram de se desenrascar de outra maneira."

Durante o último mês, Fernanda deixou-se estar por casa, "aborrecida". De vez em quando, "ia dar um passeiozito" para os lados da "ponte da Moita", mas coisa pouca. Está ansiosa por poder "respirar", empurrar o seu carrinho e soltar o pregão. "Ó freguesa, é do nosso mar!"

scosta@publico.pt

Fórmula de acesso ao superior muda

O Governo alterou a forma de determinar a nota de candidatura de acesso ao ensino superior, para que os alunos que terminaram o secundário em anos anteriores não sejam prejudicados. Perante a decisão de que este ano os alunos só vão fazer os exames exigidos pelos cursos a que se querem candidatar e que essas notas contam apenas para a média das provas de ingresso, deixando de pesar na classificação final da disciplina, os estudantes que queriam fazer melhorias de nota saíam prejudicados. Assim, para os alunos que terminam este ano o ensino secundário, a regra é que, além das classificações dos exames finais que o estudante pretende utilizar como provas de ingresso, "a fórmula de cálculo da nota de candidatura passa a integrar as classificações internas das disciplinas para as provas realizadas este ano pelos candidatos".

No caso dos alunos que realizaram provas em anos lectivos anteriores, o ministério prevê duas situações, em que a regra é o estudante ficar com a situação mais vantajosa. Quando a classificação do exame final nacional foi inferior à classificação interna da disciplina, o estudante vai usar apenas a classificação interna da disciplina no cálculo. Já nos casos em que a nota do exame final nacional foi igual ou superior à classificação interna da respectiva disciplina, deve utilizar-se a classificação final da disciplina. "O método agora adoptado garante a igualdade de tratamento entre os estudantes candidatos, aplicando sempre a regra mais favorável ao candidato, dentro do enquadramento legal excepcional recentemente aprovado", sublinha o ministério. **Lusa**

YouTube apaga invasões de aulas *online*. Fenprof diz que assim "não há condições"

Karla Pequenino

Há alunos a partilhar e até a vender *passwords* de acesso às aulas. Comissão de Protecção de Dados diz que é urgente definir regras

Invadir aulas na ferramenta virtual Zoom, e publicá-las no YouTube, tornou-se num passatempo para jovens que entram em várias salas de aula virtuais para ridicularizar os participantes, desligar e ligar microfones, partilhar desenhos obscenos e expulsar professores. O fenómeno repete-se um pouco por todo o mundo (em inglês, é conhecido por *zoom raid* ou *zoombombing*), com vários casos em Portugal a ocorrerem na última semana. Os moderadores do YouTube estão a tentar apagar estes vídeos — muitos exibem caras, nomes e vozes de menores.

A Fenprof já anunciou que se prepara para apresentar uma queixa à Procuradoria-Geral da República para que sejam identificados os responsáveis destes ataques virtuais.

Contactada pelo PÚBLICO, a equipa do Google (dono do YouTube) sublinha que os vídeos destes ataques violam as regras da plataforma. "Temos regras rígidas que proíbem conteúdo que contém assédio, discurso de ódio, sexualização indesejada, e rapidamente removemos [conteúdos] quando são denunciados pelos nossos utilizadores", explicou Alex Joseph, porta-voz do YouTube.

Professores e pais de crianças que sejam vítimas em vídeos do género devem contactar a plataforma. "Na eventualidade de alguém sentir que teve a sua privacidade violada, podem preencher uma queixa e nós vamos rever e remover qualquer conteúdo contra as nossas regras", acrescentou. Nas últimas 24 horas, o YouTube apagou pelo menos cinco vídeos do género que foram enviados pelo PÚBLICO. Alguns dos desenhos e imagens partilhadas pelos atacantes iam contra as regras de "nudez ou conteúdo de natureza sexual" da plataforma. Mas entretanto surgiram outros. Muitos dos ataques resultam de sessões mal configuradas e há alunos que partilham deliberadamente as credenciais de acesso às aulas nas redes sociais para que sejam invadidas. Alguns recebem dinheiro em troca.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) diz que é urgente que as escolas definam regras contra este tipo de comportamento. "As escolas têm de criar regulamentos com regras e consequências claras", disse ao PÚBLICO Isabel Cruz, porta-voz da CNPD. O Ministério da Educação (ME) reitera a "importância de alertar os alunos para a não partilha de *passwords*", lembrando que foram disponibilizadas orientações às escolas sobre as plataformas, e que estão disponíveis acções de formação para a docência digital até 5 de Maio.

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) insiste que cabe ao ME garantir a utilização segura destas plataformas ou então apresentar alternativas. "Têm sido dias muito complicados, com casos de problemas que implicam a violação do direito à imagem e à utilização de gravações de professores e crianças para fins não lícitos", conta Mário Nogueira. "Já nos chegaram vários casos do género, tanto de professores como de encarregados de educação que não querem a imagem dos filhos exposta."

Questionado sobre o facto de estes problemas surgirem em parte devido a aulas virtuais mal configuradas, Nogueira frisou que os professores não tiveram tempo de aprender a trabalhar com estas ferramentas. "Um professor que trabalha com dezenas de alunos está a tentar que todos tenham acesso a um computador para trabalhar, tem os filhos em casa, e está sobrecarregado de trabalho, não vai ter a capacidade de aprender a programar as configurações de todas as plataformas", diz.

Ariana Cosme, coordenadora do Observatório de Vida nas Escolas (ObVie) da Universidade do Porto, diz que "há situações muito difíceis, mas não é o caos". "Não me parece nada prudente suspender a vida e a aprendizagem de uma criança durante seis meses. Quem ficará privado de desafios intelectuais e apoio, neste caso, são as crianças de escolas mais carenciadas." A coordenadora do ObVie acrescenta que é um "equívoco imaginar um arranque perfeito", lembrando que muitas crianças têm de partilhar computadores ou vivem em zonas onde a Internet não chega.

kapequenino@publico.pt

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

O fenómeno não é só português e já tem nome: *zoombombing*

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Consórcio português cria um teste para detectar imunidade

Cinco institutos científicos estão a desenvolver um teste que detecte anticorpos contra o SARS-CoV-2. Têm já um protótipo. O objectivo é ver que pessoas já tiveram contacto com este vírus e se isso lhes deu imunidade, protegendo-as de uma nova infecção. Informação que é crucial para o controlo da pandemia

Teresa Firmino

Se um de nós já esteve em contacto com o vírus da covid-19, mesmo não o sabendo, esse encontro deixou marcas no nosso sistema imunitário, que reagiu produzindo anticorpos específicos contra o coronavírus SARS-CoV-2. Tal contacto pode ser denunciado com testes (serológicos) que procurem esses anticorpos no soro sanguíneo de uma pessoa. Sendo o SARS-CoV-2 totalmente novo para nós, pelo mundo estão a desenvolver-se testes serológicos que respondam a uma série de incógnitas sobre o vírus. Quem já esteve infectado sem nunca ter tido sintomas? Será que o vírus desencadeia a produção de anticorpos capazes de fornecer imunidade? E esta protecção é sazonal ou de longa duração? Cinco instituições científicas portuguesas avançaram, juntas em consórcio, para o desenvolvimento de um teste serológico a aplicar na população portuguesa e ajudar, ao mesmo tempo, a esclarecer estes grandes enigmas.

Eis as cinco instituições do consórcio Serology4Covid: o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC); o Instituto de Medicina Molecular (IMM) da Universidade de Lisboa; o Centro de Estudos de Doenças Crónicas (Cedoc) da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa; o Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB) da Universidade Nova de Lisboa; e o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET).

O consórcio já tem o protótipo do teste e já o testou em dezenas de amostras de sangue de pessoas que tiveram covid-19 e de sangue antigo (colhido antes do aparecimento do vírus, que serve de controlo). "Até ao final desta semana, esperamos ter analisado 100 amostras para ter o teste validado", informa o imunologista Bruno Silva-Santos, vice-director do IMM, esclarecendo que daqui a uma ou duas semanas a fase de desenvolvimento do teste deverá estar terminada.

"A ideia é ter um teste que possa ser feito em larga escala e que possa medir se as pessoas têm anticorpos contra o SARS-CoV-2 – se já viram essa infecção, porque há pessoas assintomáticas que não sabem que tiveram a doença. Se estão imunes, se têm de ser vacinadas e quão longa pode ser essa imunidade", assinala também Mónica Bettencourt-Dias, directora do IGC, em Oeiras. Estas questões são importantes, contextualiza a investigadora, para gerir a pandemia no futuro, até porque 80% dos casos detectados de covid-19 têm sintomas leves ou moderados e cerca de 25% dos casos nem sequer têm qualquer sintoma, ainda que possam propagar a infecção.

Os passos seguintes do consórcio passam por encontrar um parceiro na indústria biotecnológica que produza o teste serológico em massa, bem como a articulação com as autoridades de saúde quanto à sua aplicação na população portuguesa. "A visão do consórcio é produzir um teste que só tenha associado o preço de custo para ser aplicado facilmente à escala nacional, em coordenação com o Ministério da Saúde, a Direcção-Geral da Saúde e o Insa [Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge]", frisa Bruno Silva-Santos.

Vamos por partes em relação aos testes. Há os testes moleculares e os testes serológicos. Os que têm estado a ser aplicados em Portugal no diagnóstico da covid-19 são os moleculares: detectam a presença do próprio material genético do vírus (a molécula de ARN) nos doentes, em amostras colhidas no nariz ou na garganta. Ao permitirem ver quem está infectado nesse instante, possibilitam a detecção do vírus durante a infecção.

Já os testes serológicos detectam no soro sanguíneo os anticorpos desenvolvidos pelo sistema imunitário em resposta à infecção. No caso do novo coronavírus, os anticorpos começam a surgir apenas na segunda semana após o início da infecção. Por isso, embora possam ser usados no diagnóstico, testes serológicos não são os mais indicados para detectar precocemente a infecção e evitar o contágio. Dizem "apenas" que a pessoa esteve em contacto com esse agente patogénico. Pode ainda estar infectada, mas também pode já nem estar e ter ficado a memória dessa infecção através dos anticorpos. Porém, numa fase posterior os testes serológicos são valiosos para avaliar a imunidade adquirida a nível individual e, depois de muitos de nós termos tido contacto com o vírus, a imunidade como grupo populacional protegendo-nos uns aos outros, sobretudo perante um vírus desconhecido até há poucos meses como o SARS-CoV-2.

"Como todos os outros vírus, este também induz uma resposta no hospedeiro. Claramente, há anticorpos na população humana que neutralizam este vírus", explica Bruno Silva-Santos. "Não sabemos é se os anticorpos de cada pessoa a protegem da entrada do vírus na célula. A dúvida é se, em todas as pessoas que têm anticorpos, eles bloqueiem a entrada do vírus. Quem é que, tendo anticorpos, está realmente protegido?"

> **Quem é que, tendo anticorpos, está realmente protegido?**
>
> **Bruno Silva-Santos**
> Imunologista

Da China para os EUA

Perante esta nova ameaça global, os cientistas têm-se apressado por todo o lado a criar protótipos de testes serológicos para o SARS-CoV-2. Mas este é um terreno totalmente novo que se está a desbravar. Muitos destes testes, além de caros para aplicar em massa, ainda têm uma percentagem elevada de resultados que são falsos negativos e falsos positivos. Países como Espanha e o Reino Unido já se confrontaram com esse problema.

Atingindo de rompante a espécie humana como uma forma estranha de pneumonia no final de Dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, o vírus foi rapidamente isolado e o seu genoma sequenciado por cientistas chineses. A 10 Janeiro, tornavam esses dados públicos.

Pegando na sequenciação genética do vírus, nos Estados Unidos a equipa de Florian Krammer, da Escola de Medicina Icahn do Hospital do Monte Sinai (Nova Iorque), isolou as sequências do gene envolvidas na codificação de uma proteína viral muito importante. Essa proteína, que é um pico à superfície do vírus, é a espícula, ou *spike*. O vírus usa a espícula para entrar nas células humanas, em particular usa uma parte da proteína a que se chama o "domínio de ligação

FOTOS: DR

Instalações do Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (Oeiras) onde se fabricaram pedaços do vírus para o teste serológico; em baixo, o laboratório de um dos parceiros do consórcio que desenvolve o teste, o Instituto de Medicina Molecular de Lisboa

ao receptor". O receptor, esse, encontra-se à superfície das nossas células. A espícula é a chave com que o SARS-CoV-2 abre a porta das células humanas, ligando-se ao tal receptor, e depois entra e replica-se aí.

Em seguida, a equipa de Florian Krammer pegou nas sequências genéticas da proteína inteira da espícula, bem como só da parte do domínio de ligação ao receptor, e colocou-as dentro de um plasmídeo. Os plasmídeos são fragmentos de ADN de forma circular, geralmente bacterianos. Como podem ser modificados ao juntarem-se-lhes novos fragmentos de ADN, são uma boa ferramenta para inserir material genético em células-alvo.

Foi assim que a equipa de Florian Krammer introduziu, em células humanas, a sequência genética da proteína inteira da espícula do novo coronavírus e só da parte do domínio de ligação ao receptor. As células passaram então a fabricar esses pedacinhos do vírus. Por fim, a equipa revelou o protocolo seguido, passo a passo, num artigo científico disponibilizado no repositório medRxiv, para que o processo de produção desses pedaços do vírus pudesse ser repetido em qualquer sítio do mundo. Informação que é preciosa para desenvolver testes serológicos.

E porquê esta proteína? Porque, neste caso, o nosso sistema imunitário também a reconhece como um agente estranho que nos pode prejudicar. E procura atacá-la. Uma das formas de ataque é através da produção dos tais anticorpos dirigidos concretamente a um agente patogénico, neste caso a esta partícula viral. Feitos à medida, esses anticorpos encaixam na perfeição no antigénio desse agente patogénico específico, bloqueando a sua entrada nas células. Um teste serológico socorre-se assim dos dois lados desta mesma moeda. No *kit* está o antigénio do vírus e na amostra de soro sanguíneo de uma pessoa poderão estar (ou não) os anticorpos. Ao colocar-se o soro no *kit*, o antigénio funciona como isco dos anticorpos.

Por correio até Portugal

No seu artigo científico, Florian Krammer dizia que os plasmídeos que desenvolveram estariam disponíveis para quem os quisesse, de forma a poder produzir-se a proteína inteira do vírus ou parte dela. O mundo ouviu-o e os seus materiais e protocolo estão a ser usados por todo o lado como base para desenvolver testes serológicos. Igualmente, foi o que fez o consórcio português.

No início deste mês, o consórcio estava a receber dos EUA um papel de feltro laboratorial embebido com gotinhas dos plasmídeos, conta a engenheira bioquímica Paula Alves, directora do IBET, em Oeiras. "Pegámos no material enviado dos Estados Unidos e produzimos as proteínas em quantidade para dar aos nossos colegas [do consórcio]."

Para aumentar a quantidade de proteínas virais, agora de produção portuguesa, os plasmídeos foram igualmente introduzidos em células humanas. "As células humanas são usadas como fábricas: com elas conseguimos produzir a proteína o mais próximo possível da realidade do vírus quando ele infecta as células." Portanto, são elas que vão fabricar para nós os antigénios do novo coronavírus. Como são células humanas, os anticorpos no soro humano poderão reconhecê-las mais facilmente. "Na China, há antigénios à venda e podemos comprá-los, mas não foram produzidos em células humanas. Podem não funcionar muito bem. Um dos problemas [dos testes serológicos para este vírus] são os falsos negativos e falsos positivos."

Como o mundo está em correria a criar protótipos de testes serológicos para o novo coronavírus, alguns já em células humanas, não tardarão a aparecer no mercado testes bastante fiáveis. Porquê então este esforço em Portugal? "Porque podemos ter testes serológicos completamente feitos em Portugal sem estar dependentes de cadeias de fornecimento. Como se viu com as máscaras, ficavam pelo caminho. O que queremos é ser auto-suficientes", responde Paula Alves. Bruno Silva-Santos partilha dessa visão, até porque, como os testes serológicos para a covid-19 estão a entrar em grande acção no mundo no combate à pandemia, a sua procura é muita. "Queremos ter um teste para aplicação em Portugal em larga escala, para isso tem de ser barato, e não queremos ter restrições de acesso aos *kits*", acrescenta Bruno Silva-Santos.

"Enquanto não houver uma vacina, temos de seguir o estado imunológico da população portuguesa com testes em larga escala, para perceber como a infecção está a progredir e ajudar o Governo a tomar a decisão de reabertura da sociedade para controlar a densidade de pessoas em contacto umas com as outras", completa o imunologista. "A vacina é uma forma de induzir a imunidade de grupo. Não tendo a vacina, as pessoas só adquirem imunidade através da infecção."

Mas não é claro ainda se a infecção pelo SARS-CoV-2 depois se traduz de facto em protecção, se essa protecção é para a vida como no sarampo, se é sazonal como na gripe, ou até se pode voltar a ser-se infectado ao fim de pouco tempo da doença. "A presença de anticorpos é um indicador do potencial de imunidade à partida, mas isso tem de ser validado depois. Temos de ver se a pessoa ficou protegida", resume Bruno Silva-Santos. "E depois, com a vacina, a única forma de saber se ela é eficaz é ver quantas pessoas desenvolverem anticorpos e estão protegidas."

As células humanas são como fábricas: com elas produzimos a proteína do vírus

Paula Alves
Engenheira bioquímica

Helena Soares, cientista do Cedoc citada em comunicado, nota ainda que este teste permitirá "quantificar possíveis diferenças na produção de anticorpos entre portadores assintomáticos, casos ligeiros e casos mais graves, com importantes repercussões na saúde individual e pública".

Regressando ao IBET, a proteína do vírus que foi aí fabricada seguiu depois até aos outros quatro parceiros do consórcio. A cada um coube desenvolver o resto do teste e validá-lo em amostras de soro sanguíneo, para evitar "falsos positivos" e "falsos negativos". Fixaram a proteína em placas de plástico e começaram a inocular-se aí o soro de quem teve covid-19 e de quem nunca poderia ter tido. "Tem de detectar quem tem muito poucos anticorpos. É o busílis da questão", exemplifica Bruno Silva-Santos. "Essa ligação é detectada por um reagente que emite luz. Se houver anticorpos, há emissão de uma luz amarela, que é medida num detector. Quando é muito amarela, há muitos anticorpos."

O Insa, que é laboratório nacional de referência nestas questões, terá ainda de certificar este teste serológico. Aliás, o Insa vai começar em Maio um estudo-piloto serológico numa amostra de 1700 pessoas representativas da população portuguesa. Os testes, neste caso, são comerciais e a sua real eficácia está em avaliação pelo Insa.

Já o teste desenvolvido pelo consórcio português terá os seus protocolos experimentais divulgados de forma totalmente aberta à comunidade científica. Mas, para poder chegar à população portuguesa em grande escala, falta ainda encontrar uma empresa de biotecnologia que o fabrique a preço de custo. E decidir em que moldes será fabricado – se como uma placa laboratorial (com resultados mais lentos, mas mais rigorosos), se num dispositivo individual à semelhança de um teste de gravidez (mais rápido, mas menos informativo). Mónica Bettencourt-Dias diz que o consórcio está a falar com a indústria nesse sentido, além de se ir articular com o Governo para ver onde, quando e a quem aplicar os testes.

Nesse dia, esta história ter-se-á tornado um dos exemplos do esforço global dos cientistas no combate à pandemia, com impacto imediato nas nossas vidas.

teresa.firmino@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Testes rápidos em Cascais
Autarquia pôs em campo um projecto de investigação à propagação do novo coronavírus com testes que podem detectar em dez minutos a presença do vírus em casos assintomáticos de covid-19. Universo abrange 400 moradores escolhidos através das facturas da água.

Costa foge a perguntas de austeridade e deixa BE preocupado com resposta "equívoca"

"Já ando nisto há muitos anos para não dar hoje uma resposta que amanhã não possa cumprir", afirmou o primeiro-ministro. Catarina Martins lembra que o "investimento de hoje é receita de amanhã"

Liliana Borges
e Sofia Rodrigues

O primeiro-ministro considera que "o país não precisa de austeridade, precisa de relançar a economia", mas não dá uma resposta definitiva que não possa garantir no futuro. E isso deixa os antigos parceiros da coligação à esquerda preocupados.

Em entrevista ao *Expresso*, António Costa reiterou ontem que a austeridade como resposta à crise de 2008 "foi uma má ideia" e disse que "o país não precisa de austeridade, precisa de relançar a economia". Mas logo a seguir o primeiro-ministro refugiou-se no contexto da incerteza: "Já ando nisto há muitos anos para não dar hoje uma resposta que amanhã não possa garantir. E acho que há um factor fundamental para sairmos desta crise, que é mantermos confiança." Horas mais tarde, Catarina Martins considerou que as respostas estudadas pelo primeiro-ministro para enfrentar a futura crise social e económica são "equívocas" e avisou que o BE só está disposto a apoiar o Governo caso Costa se comprometa de forma clara a "não repetir os erros da crise de 2008".

Citando o líder do PSD, António Costa afirmou que é preciso apoiar a economia, mas com travão. "É necessário apoiar famílias, empresas, economia, mas não podemos apoiar ilimitadamente, temos de ter consciência de que a despesa de hoje é um imposto de amanhã. É preciso perceber que não é altura de andar a contar tostões para responder à prioridade da saúde pública, mas que há um amanhã", afirmou, retomando as palavras recentes do ministro da Economia, Siza Vieira, quando disse que "despesa do Estado agora são impostos amanhã".

NUNO FOX/LUSA

Catarina Martins não gostou de ouvir ontem António Costa

As novas medidas para o dia-a-dia

O primeiro-ministro revelou ontem em entrevista ao Expresso algumas das medidas de "desconfinamento" progressivo a adoptar nos próximos meses. São elas:

— Obrigatório o uso de máscara em transportes públicos e nas escolas

— Descongestionamento dos transportes públicos através do desfasamento dos horários dos 11.º e 12.º anos, que poderão voltar a ter aulas presenciais

— Lugares marcados nos cinemas, de duas em duas filas e de três em três lugares

— Autarquias e capitanias vão impedir aglomerações nas praias

— Abertura gradual do comércio por zonas das cidades

— Reabertura do atendimento ao público na função pública, com as Lojas dos Cidadão a serem as últimas a abrir

"Investimento é receita"

Em resposta às declarações do primeiro-ministro, Catarina Martins vinca que o BE só apoiará o Governo se a estratégia for de investimento e não de corte nos rendimentos, nomeadamente através do aumento de impostos, como António Costa admitiu enquanto solução de futuro. "A frase 'despesa hoje, imposto amanhã' é equívoca, porque o investimento hoje é receita amanhã", declarou a líder do BE. Da mesma forma, continuou, "emprego hoje é a contribuição da Segurança Social e a receita fiscal de amanhã".

"Foi isso que nós aprendemos sobre a crise financeira", argumentou. "Não estamos disponíveis para políticas que acrescentem crise à crise", avisou por isso Catarina Martins.

Não obstante, o primeiro-ministro acredita que "passada esta fase dura" haverá também "a mesma capacidade de concertação social e política" para trabalhar na "recuperação da economia".

Questionado sobre quem serão os seus parceiros de negociação – a esquerda ou o PSD – em torno do futuro orçamento rectificativo, António Costa referiu a necessidade do "mais largo consenso político possível" e aproveitou para afastar a ideia de bloco central: "Quando nem a noiva nem o noivo querem, não vale a pena insistir nessa proposta de casamento."

Por sua vez, a antiga parceira do acordo de governação à esquerda diz não temer perder o lugar para Rui Rio, até porque o seu partido e o PSD apresentam "soluções diferentes" e "ninguém espera que o BE apresente propostas de austeridade". E deixou um recado ao líder social-democrata, aludindo às críticas feitas a quem aponta o dedo ao Governo: "Não confundimos solidariedade com um Governo que está a combater a crise com um unanimismo que reduza a política a zero e faça com que, na ausência de proposta, seja a austeridade a parecer natural."

"Têm havido vozes diferentes no Governo e não se percebe qual é a estratégia concreta para a recuperação do país. O Governo diz recusar a austeridade, mas depois parece apresentar medidas nesse caminho", lamentou a líder bloquista, criticando que o Governo admita não aumentar os salários da função pública este ano.

liliana.borges@publico.pt
sofia.rodrigues@publico.pt

Cerco na Madeira
O Governo Regional da Madeira decretou ontem a criação de uma cerca sanitária à freguesia de Câmara de Lobos, no concelho com o mesmo nome, depois de terem sido confirmados, em apenas 24 horas, dez novos casos positivos de covid-19.

184
pessoas foram detidas no segundo período do estado de emergência

PSD a duas velocidades
Os eurodeputados do PSD votaram contra uma proposta de *eurobonds*, que é defendida pelo partido em Portugal, no âmbito de uma resolução que aprovou a emissão de obrigações garantidas pelo orçamento da União Europeia. Paulo Rangel diz que foi a solução de "compromisso".

Idosos em hotel
Os utentes do lar de Alverca, em Vila Franca de Xira, cujo resultado foi negativo para covid-19, vão ser encaminhados para uma unidade hoteleira requisitada pela câmara. No lar vão permanecer as 58 pessoas que tiveram teste positivo para a covid-19: 39 utentes e 19 funcionários.

Consultas e cirurgias adiadas regressam

As consultas e cirurgias não urgentes que estavam suspensas por causa da covid-19 vão começar a ser reagendadas a partir da próxima semana no Serviço Nacional de Saúde (SNS). O anúncio feito ontem pela ministra da Saúde vem dar resposta aos apelos de responsáveis de sociedades científicas e especialistas que têm vindo a alertar para os efeitos perniciosos do adiamento da actividade assistencial programada, nomeadamente na oncologia e na cardiologia. A quebra da actividade assistencial não urgente em Março foi "muito significativa", admitiu Marta Temido: o SNS fez menos 3,9% consultas nos centros de saúde, cerca de 300 mil, menos 5,7% consultas hospitalares (180 mil) e menos nove mil cirurgias não urgentes (uma redução de 5,3%); nos episódios de urgência a queda foi de 11,5% e o INEM registou menos 300 accionamentos por dia. "Está na altura de invertermos esta lógica", enfatizou. Sem avançar detalhes, explicou que o despacho de 16 de Março que determinou o adiamento da actividade assistencial não urgente vai ser suspenso na próxima semana. "Espero que no final da próxima semana possamos retomar progressivamente a actividade normal", destacou. O anúncio foi recebido com satisfação pela presidente da Sociedade Portuguesa de Oncologia, que tinha alertado para estarem a ser feitos menos exames para um primeiro diagnóstico de cancro. "É uma boa notícia. É preciso transmitir segurança aos doentes que deixaram de aparecer", disse ao PÚBLICO Ana Raimundo.
Alexandra Campos

Construção trabalha "normalmente" e até ganha obras públicas

Luísa Pinto

Sector teme queda abrupta de encomendas. Na primeira quinzena, foram anunciados concursos públicos de 55 milhões

Um dos mais importantes sectores da economia nacional praticamente não parou durante a actual crise da covid-19. O sector da construção, que representa 50,5% do investimento público e 17,4% do PIB nacional, segue a trabalhar "quase normalmente" – apesar da menor produtividade e de estar a trabalhar com custos acrescidos. "O sector da construção não parou, nem podia parar", comentou ao PÚBLICO o presidente da Confederação da Construção e do Imobiliário (CPCI), Manuel Reis Campos.

Por outro lado, "também não se pode pensar em combater a crise económica que todos adivinhamos sem se contar com a construção, sobretudo na parte das obras públicas", alerta, lembrando os muitos investimentos que estão prometidos desde o PETI 3+, o plano de investimentos que resultou da intervenção da *troika* e que em 2020 só tem 20% das obras concluídas.

O Governo pareceu já ter isso em conta no arranque deste ano, denotando preocupação pela necessidade de lançar concursos – até para não perder financiamento comunitário previsto. É isso que justifica, segundo Reis Campos, que o primeiro trimestre de 2020 registasse um variação de 65% no número de concursos públicos promovidos e que, dos 1659 milhões de euros de obras lançadas, 1128 milhões tenham sido promovidos no mês de Março. Foram verbas destinadas às obras na linha da Beira Alta, aos novos concursos para a expansão do Metro do Porto (que acabaram por ficar desertos, com as empresas a queixarem-se de terem sido lançados com preço-base demasiado baixo), e ao Metro de Lisboa (também este projecto acabou "suspenso" para estudos por parte do Parlamento, mas que o Governo refere que pretende manter).

DANIEL ROCHA
Até agora, o sector da construção tem resistido

Todas estas vicissitudes ajudam a explicar uma tendência de que a CPCI se tem vindo a queixar há já muito tempo: o desfasamento entre os concursos lançados e os que acabam por ser efectivamente celebrados. Ainda assim, durante os primeiros 15 dias de Abril, já em pleno estado de emergência, registou-se a celebração de contratos de empreitadas no valor de 13 milhões de euros (11 milhões em concurso público, dois milhões em ajuste directo) e ainda foram anunciados concursos públicos no valor de 55 milhões de euros. "Se no mês anterior se falava de mil milhões de euros, falar de 55 milhões é quase falar de zero", considera Reis Campos.

Reis Campos admite que houve "alguma sorte e muita felicidade" pelo facto de não ter havido no sector notícias de trabalhadores contaminados nem de empresas que tiveram de parar por causa disso. "Temos cumprido as recomendações da DGS, damos todas as orientações nesse sentido, mas reconheço que é uma felicidade que ainda não tenhamos sido afectados", reconhece. No entanto, não deixa de "saudar" todos aqueles que em obras grandes ou pequenas, nas obras públicas, na prestação dos diversos serviços, como a gestão de condomínios, ou a mediação imobiliária, "se têm revelado à altura de dificuldades que, até há bem pouco tempo, estávamos longe de imaginar". O sector segue a trabalhar, mas com menor rentabilidade e com custos acrescidos. "Basta lembrar que a carrinha que transportava dez trabalhadores, hoje tem de fazer a viagem três vezes para respeitar o distanciamento social", argumenta.

O presidente da CPCI recorda que no sector da construção qualquer paragem da actividade gera um efeito imediato de suspensão dos pagamentos. Regra geral, as empresas não têm stocks para venda durante o período de crise e não existe a possibilidade de colocar os trabalhadores em teletrabalho. "O efeito na tesouraria das empresas é uma realidade imediata, incontornável e muito significativa", alerta, lembrando que o sector paga aos 306 mil trabalhadores directos registados cerca de 435 milhões de euros por mês em salários, a que se devem somar os 58 milhões de euros de encargos financeiros mensais. "O sector não pode parar", insiste o presidente da CPCI, lembrando que na Europa o sector está a trabalhar em quase todos os países – depois de Espanha ter retomado a actividade, só em Itália continua suspenso. "Tanto em Portugal, como na Europa, o investimento nas obras públicas vai ter mesmo de avançar", insistiu.

O que nos últimos anos "tem valido ao sector da construção" tem sido o segmento das obras privadas. A CPCI só tem informação estatística disponível referente ao mês de Fevereiro, isto é, um período antes da covid-19. E mantinha indicadores positivos. Mas estas obras estavam muito dependentes do turismo e este pode demorar um pouco mais a arrancar no pós-pandemia. "Mas é importante termos cuidado para não perdermos o lugar que já conseguimos", apelou Reis Campos, enaltecendo o exemplo que a Câmara do Porto deu recentemente, ao anunciar a agilização dos procedimentos administrativos e dos licenciamentos. "É importante que Portugal não perca o lugar que alcançou. E eu acredito que até vai sair reforçado, porque vai ser recordado como um país que conseguiu lidar relativamente bem com esta pandemia", reflectiu Reis Campos.

O presidente da CPCI recorda que algumas das medidas que o sector pediu ao Governo acabaram concretizadas: o acesso às novas linhas de crédito covid-19 e ao *layoff* simplificado ou a moratória fiscal. Mas ainda não se nota na tesouraria o pagamento das dívidas do Estado às empresas.

luisa.pinto@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Sánchez pede prolongamento do estado de emergência
O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, vai pedir ao Parlamento que o estado de emergência seja prolongado até 9 de Maio. O executivo vai também propor que, a partir de 27 de Abril, sejam permitidas saídas limitadas a crianças até aos 12 anos.

Covid-19 causa escassez de drogas e, teme-se, mais *overdoses*

O encerramento de fronteiras criou falta de estupefacientes na Europa, e por isso a heroína e a cocaína em circulação estão a ser adulteradas, para renderem mais quantidade, tornando-se mais perigosas

Ricardo Cabral Fernandes

A adaptação é a alma do negócio e, em tempos de pandemia de covid-19, é isso que o mercado de drogas ilegais está a fazer, quando as ruas estão desertas e as fronteiras fechadas. A escassez no mercado fez aumentar brutalmente os preços, e alguns traficantes vestem-se de trabalhadores essenciais para escapar ao controlo da polícia, enquanto outros fazem entregas ao domicílio. A pureza das drogas tem diminuído, para fazer render mais o produto, receando-se um aumento de *overdoses*.

"Menos drogas nas ruas pode parecer uma coisa boa, mas o que as substitui costuma ser mais perigoso. Sabemos que a pureza de muitas drogas está a diminuir, porque os traficantes as misturam com diferentes substâncias para aumentar a quantidade que têm para vender. Os consumidores não sabem o que estão a consumir, o que aumenta as as hipóteses de *overdose*", disse ao *Guardian* Rachel Britton, directora de farmácia do We Are With You, uma organização dedicada à saúde mental. O consumo no geral pode diminuir, como aconteceu com a "seca" de 2010, por causa de uma época de más colheitas no Afeganistão, de onde vêm as papoilas do ópio, mas as mortes por *overdose* podem atingir novos picos.

A heroína e a cocaína vêm de outros continentes para a Europa. À medida que o confinamento passou de semanas a meses, estas duas drogas pesadas começaram a escassear, falando-se novamente em "seca". Teme-se então que o fentanil, um opióide sintético 50 a 100 vezes mais forte que a heroína e responsável pela grande maioria de mortes por *overdose* nos Estados Unidos, ganhe espaço na Europa. Há relatos de estar a ser produzido na Europa de Leste.

Açambarcadores

Houve, no entanto, quem comprasse drogas para além das suas necessidades imediatas, mal se começou a falar de fechar fronteiras e limitar viagens. "Há relatos de as pessoas estarem a armazenar a sua droga favorita e, claro, isso cria escassez, o que leva ao aumento dos preços", disse à CNN Ian Hamilton, especialista em adições e saúde mental na Universidade de York, no Reino Unido.

"Tal como vimos pessoas a comprar papel higiénico e paracetamol furiosamente, os consumidores de drogas recreativas vão acumular a sua droga preferida, se tiverem meios para isso", escreveu Hamilton no *site* The Conversation.

Quem ficar privado da droga que consumia vê-se confrontado com os problemas da abstinência

"As pessoas estão a entrar em pânico: a quantidade de *cannabis* que estão a comprar é ridícula. Agora só vendemos aos clientes regulares", disse ao *Guardian* DH, um traficante com uma rede de vendedores no Reino Unido.

Este fenómeno tem riscos associados: em tempos de confinamento, quando a ansiedade, tédio, e solidão e desejo de escapismo aumentam, pode-se consumir ainda mais, correndo o risco de entrar em *overdose* ou ter surtos psicóticos. Em situação de isolamento social, a pessoa pode não ter como pedir ajuda.

Quem ficar privado da droga que consumia vê-se confrontado com os problemas da abstinência, que pode provocar o aumento da tensão em casa, acabando em violência doméstica, e exacerbar problemas de saúde.

Luís, espanhol de 40 anos e consumidor de cocaína há 20, viveu os efeitos da abstinência por uma semana, durante o pico do isolamento em Espanha, e contou ao *El Confidencial* o que sentiu nesses dias. "Passei um mau bocado, com muitas discussões em casa. Pensei que não ia sentir falta dela [da droga], mas, claro, senti", disse o residente em Madrid. Uma garrafa de *whisky* por dia foi a solução que encontrou. Numa semana, a venda de álcool aumentou mais de 70% em Espanha. Mal as restrições à circulação foram suavizadas, Luís saiu de casa para arranjar cocaína. E a sua vida voltou a estabilizar, disse.

Se os traficantes conseguirem iludir o controlo das autoridades, seja nas ruas ou nas fronteiras, a oportunidade de negócio é grande, e a motivação está lá. Alguns traficantes no Reino Unido, diz o *Independent*, sabem onde encontrar clientes: nos parques de estacionamento de supermercados. Três pessoas foram detidas em Valência, Espanha, por usarem aplicações de entrega de comida para vender droga, o que é encarado como mais um exemplo da tendência de *uberização* do tráfico de droga, já verificado em Itália e França.

"Um sujeito que circula de moto dizendo que vai ver o avô ou a avó para lhes levar comida, o que podemos fazer?", interrogou-se um polícia francês à FranceInfo. "Pode haver controlos da polícia, mas limitam-se a verificar a autorização de circulação, possivelmente a identidade e os papéis dos veículos", disse.

Isabel II não quer festa de anos
Quando a rainha Isabel II completar 94 anos, na terça-feira, pela primeira vez em quase 70 anos não será disparada uma salva de tiros em Londres para festejar. Com 108 mil infecções e 15 mil mortes, e uma enorme falta de equipamento, a situação é dramática no Reino Unido.

37
mil casos de infecção pelo novo coronavírus estão confirmados no Brasil, mas há um elevado nível de subnotificação no país

Casos confirmados no mundo
Valores às 20h30 de 18 de Abril

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Teerão reabre algum comércio
Teerão iniciou a reabertura parcial do comércio considerado de baixo risco, no dia em que o Ministério da Saúde anunciou ter registado 73 mortes nas últimas 24 horas, elevando o total para 5031. A mesma medida tinha sido já posta em prática no resto do país na semana passada.

NELSON GARRIDO

Outros traficantes, de posição mais elevada no tráfico, tentam estratégias engenhosas para que as suas cargas passem as fronteiras. Uma foi esconder 14 quilos de cocaína, no valor de 1,25 milhões de dólares, num camião que transportava máscaras através do túnel do Canal da Mancha.

A inovação só é posta em prática quando é estritamente necessário, dado serem necessárias alterações logísticas. Em Espanha, mesmo com as fronteiras fechadas, dificultando a entrada das chamadas "mulas" (pessoas que transportam droga dentro do corpo ou nas malas), a droga continua a entrar por mar, vinda do Norte de África, e as autoridades já apreenderam quase dez toneladas de haxixe e quatro de cocaína.

ricardo.fernandes@publico.pt

Os quatro líderes que não reconhecem a gravidade do coronavírus

Não ouvem nada nem ninguém e preferem agir no sentido oposto ao do resto do mundo, recusando decretar medidas de isolamento social. Os presidentes do Brasil, Nicarágua, Bielorrússia e Turquemenistão têm desvalorizado a pandemia de covid-19, formando o que o analista político brasileiro Oliver Stuenkel chama "uma aliança da avestruz".

Propõem soluções duvidosas. Para um, o vírus não resistirá à *vodka*. Outro jura pelo antimalárico coloroquina. Outro por uma erva aromática. O que é comum a todos, sublinha o *Financial Times*, é escolherem a economia em detrimento da saúde.

Jair Bolsonaro diz que o vírus é um "resfriadinho"

Não tem perdido uma oportunidade para dizer aos brasileiros que o novo coronavírus não provoca mais que um "resfriadinho", uma "gripezinha" e é apenas "histeria" colectiva. O Presidente brasileiro tem recusado as orientações da Organização Mundial de Saúde e demitiu nesta semana o seu ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a meio da crise pandémica.

Jair Bolsonaro tem saído do Palácio do Planalto para apertar mãos e beijar crianças, criando grandes aglomerações à sua volta. Diz que é demasiado saudável para ser infectado. E se alguém ficar doente, o Presidente, imitando Donald Trump, tem a solução: cloroquina, um medicamento para a malária e doenças auto-imunes, e uma das drogas que são usadas experimentalmente para a covid-19, ainda que não haja provas de que faça a diferença, mas que pode ter efeitos secundários graves.

Bolsonaro tem optado pela saúde da economia em detrimento da saúde dos brasileiros, defendendo a reabertura das lojas. A estratégia fê-lo entrar em choque com membros do seu executivo, com governadores e até com o Supremo Tribunal Federal.

Daniel Ortega é o Presidente desaparecido

Em plena crise pandémica, os nicaraguenses não lhe puseram os olhos em cima, nem ouviram qualquer comunicado seu, por mais de um mês. Só na quarta-feira deu sinais de vida, dizendo que a pandemia era um "sinal de Deus". Mas disse que só morreu uma pessoa e que não há mais do que nove casos no país.

Ao contrário dos serviços de saúde dos países ricos, o da Nicarágua aguenta o embate da pandemia, garantiu, sem, no entanto, apresentar medidas se assim não for. E se a infecção chegar às portas do palácio, não há que temer: o antigo guerrilheiro sandinista tem ali mais de 370 litros de álcool-gel e cinco mil máscaras, quando os nicaraguenses pouco têm com que se proteger. Lojas, escolas e mercados continuam a funcionar. Os ajuntamentos são estimulados e criou-se a ideia de a Nicarágua ser excepção num continente que corre o risco de ter milhares de mortes.

Alexander Lukashenko aconselha a beber *vodka*
Prometeu que nenhum concidadão seu iria morrer de coronavírus, mas a realidade

trocou as voltas ao Presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko, e já matou pelo menos 45 pessoas. Nem assim o autocrata que lidera o país conhecido como "a última ditadura da Europa" deixou de pensar que a pandemia não é mais do que uma "psicose" colectiva.

Se ficar em casa não é opção, diz Lukashenko, que governa a antiga república soviética com mão de ferro há 26 anos, já jogar hóquei no gelo, ir a saunas, conduzir tractores ou beber *vodka* são algumas das soluções patrióticas para matar o coronavírus. E se houve quem duvidasse, o Presidente deu o exemplo: foi jogar hóquei no gelo, marcou um golo e sorriu para as câmaras de televisão. Tudo está bem, garantiu. "É melhor morrer de pé do que viver de joelhos", declarou.

E, entretanto, mesmo quando o país já se aproxima dos 5 mil casos, o chefe de Estado continua a fincar o pé contra as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Iam arruinar a economia e, no final, vai ver-se quem tinha razão, argumentou o Presidente.

Gurbanguli Berdimikhamedov aposta numa erva

Proibir a palavra "coronavírus" não foi suficiente para o fazer desaparecer no Turquemenistão e o Presidente encontrou um método que diz ser inovador para derrotar a pandemia: a erva harmala.

Gurbanguli Berdimikhamedov, que gosta de construir estátuas de ouro de si próprio e exibir-se, diz que, se esta erva for queimada, afasta as doenças infecciosas "invisíveis a olho nu". Ordenou por isso que fossem fumigados duas vezes ao dia escolas, mercados, ruas, edifícios e até cemitérios deste país, um dos mais fechados do mundo. Nada prova que seja eficaz, mas os seus 5,8 milhões de concidadãos fazem a vida normal, só não podem dizer a palavra "coronavírus" e usar máscaras. Para que as ordens sejam respeitadas, há "infiltrados do Ministério da Segurança Nacional por todo o lado", avisou o próprio Presidente. E quem as violar será detido em prisões que atentam contra a dignidade humana, dizem organizações de defesa dos direitos humanos.

Se há dúvidas sobre o seu empenho na saúde dos turquemenos, Berdimikhamedov, que está no poder desde 2006, tirou-as organizando um passeio de bicicleta para celebrar o Dia Mundial da Saúde e permitiu a reabertura da época de futebol, depois de um mês parada, para estimular o exercício físico, apresentado como essencial para combater a doença.

Ricardo Cabral Fernandes

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Exortação aos Médicos da Peste

Publicado juntamente com um outro texto em Abril de 1947, nos *Cahiers de la Pléiade*, com o título *Os Arquivos da Peste*, a *Exortação aos Médicos da Peste* foi provavelmente escrito por Albert Camus em 1941, seis anos antes da publicação de *A Peste*, sendo um dos trabalhos preparatórios desse livro. Com amável autorização dos herdeiros do autor e em parceria com a editora Livros do Brasil, é-nos possível dar a ler, pela primeira vez em Portugal, este texto ignorado, no qual o escritor dirige as suas recomendações aos médicos, no seu combate quotidiano contra a epidemia

Ensaio
Albert Camus (1913-1960)

Os bons autores ignoram se a peste é contagiosa. Mas suspeitam que sim. Eis porque, meus senhores, eles são de opinião de que deveis mandar abrir as janelas do quarto onde visitais o doente. Mas é preciso lembrarmo-nos de que a peste pode perfeitamente estar também nas ruas e infectar-vos na mesma, estejam as janelas abertas ou não.

Os mesmos autores aconselham-vos a usar uma máscara com óculos e a colocar, por cima do vosso nariz, uma gaze embebida em vinagre. Levai igualmente convosco um saquitel com as essências recomendadas nos livros, erva-cidreira, manjerona, menta, salva, rosmaninho, flor de laranjeira, basílico, tomilho, serpão, lavanda, folha de louro, casca de limão e casca de marmelo. Seria desejável que estivésseis completamente vestidos de lona encerada. No entanto, isso pode dispensar-se. Mas não podem ser dispensadas as condições a respeito das quais os bons e os maus autores estão de acordo. A primeira é que não deveis apalpar o pulso do doente sem ter molhado os dedos em vinagre. Facilmente adivinhais a razão. Mas o melhor seria mesmo que vos abstivésseis desse acto. Porque se o doente tiver a peste, esta cerimónia não o cura de todo. E, se ele estivesse indemne, não vos teria chamado. Em tempo de epidemia, cada um trata dos seus fígados sozinho, para evitar complicações.

A segunda condição é que não olheis nunca o doente de frente, para não ficardes na direcção do seu bafo. E mesmo assim, se, apesar da incerteza quanto à utilidade desse preceito, tiverdes aberto a janela, será bom que não vos coloqueis na corrente de ar que pode trazer com ela a pieira do pestiferado.

Não visiteis nunca os doentes quando estiverdes em jejum. Não resistiríeis. No entanto, não comais demasiado. Isso tornar-vos-ia desleixados. E se, apesar de todas estas precauções, qualquer coisa do veneno se instalasse na vossa boca, não haveria remédio para isso, a não ser que nunca engolísseis a vossa saliva durante todo o tempo da visita. Esta condição é a mais difícil de respeitar.

E mesmo que tudo isto, com mais ou menos dificuldade, seja respeitado, não deveis sentir-vos descansados. Porque há outras condições, muito necessárias à preservação do vosso corpo, se bem que elas digam mais respeito a disposições da alma. "Nenhuma pessoa", diz um velho autor, "pode permitir-se tocar em algo contaminado, num país onde reina a peste." Isto é muito bem dito. E não há lugar algum em nós que não deva ser purificado, mesmo que seja no segredo dos corações, para que estejam enfim do nosso lado as poucas hipóteses que nos restam. Isto é sobretudo verdade no que vos diz respeito, médicos, que estais mais próximos, se se pode dizer, da doença, e que por essa razão surgis como mais suspeitos. Deveis pois tornar-vos exemplares.

A primeira coisa é que nunca tenhais medo. Vimos muita gente fazer bem o seu trabalho de soldado tendo medo do canhão. Mas isso é porque a granada mata igualmente o corajoso e o timorato. Na guerra há o acaso, ao passo que ele está muito pouco presente na peste. O medo vicia o sangue e exalta o espírito, todos os livros o dizem. Ele predispõe por isso à recepção das impressões da doença, e, para que o corpo triunfe sobre a infecção, é necessário que a alma seja vigorosa. Ora, só existe o medo de um fim último, já que a dor é passageira. Portanto, vós, médicos da peste, deveis fortificar-vos contra a ideia da morte e reconciliar-vos com ela, antes de entrardes no reino que a peste vos prepara. Se fordes vencedores neste campo, sê-lo-eis em todos e ver-vos-emos sorrir no meio do terror. Pensai que vos é necessária uma filosofia.

> **Vós, médicos da peste, deveis fortificar-vos contra a ideia da morte e reconciliar-vos com ela, antes de entrardes no reino que a peste vos prepara. Se fordes vencedores neste campo, sê-lo-eis em todos e ver-vos-emos sorrir no meio do terror**
>
> **Albert Camus**
> Escritor e jornalista franco-argelino

Será preciso que sejais sóbrios em todas as coisas, o que não significa ser casto, isso seria um excesso. Cultivai a alegria razoável a fim de que a tristeza não venha alterar o líquido sanguíneo e prepará-lo para a decomposição. Nada melhor neste caso que usar o vinho em boa quantidade, para aligeirar um pouco o ar de consternação que chegará da cidade empestada.

De uma maneira geral, respeitai a boa medida que é a primeira inimiga da peste e a regra natural

MANUEL ROBERTO

"Munidos destes remédios e destas virtudes, não vos resta senão recusar a fadiga e manter fresca a vossa imaginação"

do homem. Némesis não era, ao contrário do que vos disseram nas escolas, a deusa da vingança, mas sim a da boa medida. E os seus terríveis golpes não atingiam os homens senão quando estes tinham caído na desordem e no desequilíbrio. A peste vem do excesso. Ela é excesso em si mesmo, ela não sabe conter-se. Tomai isso em conta se quereis combatê-la na clarividência. Não deis razão a Tucídides, que ao falar da peste de Atenas disse que os médicos para nada serviam, porque, a princípio, tratavam do mal sem o conhecerem. O flagelo gosta do segredo dos covis. Levai até lá a luz da inteligência e da equidade. Será mais fácil, vereis ao praticá-lo, que não engolir a própria saliva.

Deveis por fim tornar-vos senhores de vós mesmos. E, por exemplo, saber respeitar a lei que escolhestes, como a do bloqueio ou a da quarentena. Um historiógrafo da Provença disse que noutros tempos, quando um confinado se escapava, era-lhe rachada a cabeça. Vós não desejais isto. Mas também não esquecereis o interesse geral. Não praticareis excepções às regras durante todo o período em que elas forem úteis, mesmo que o vosso coração vos pressione. Pede-se que vos esqueçais um pouco de quem sois sem nunca esquecer ao mesmo tempo aquilo que deveis a vós próprios. É a regra de uma honradez tranquila.

Munidos destes remédios e destas virtudes, não vos resta senão recusar a fadiga e manter fresca a vossa imaginação. Não devereis, não devereis nunca, habituar-vos a ver homens morrerem como moscas, como hoje acontece nas ruas, e como sempre aconteceu desde que, em Atenas, a peste recebeu seu nome. Não deixareis de ficar consternados com aquelas gargantas negras de que fala Tucídides, que destilam um suor de sangue e cuja tosse rouca arranca com esforço escarros singulares, pequenos, cor de açafrão e salgados. Jamais tratareis com familiaridade esses cadáveres de quem até as aves de rapina se afastam para fugir à infecção. E continuareis a revoltar-vos contra esta terrível confusão em que aqueles que recusam cuidar dos outros morrem na solidão, enquanto os que aos outros se devotam morrem empilhados; em que o prazer já não tem a sua sanção natural, nem o mérito a sua ordem; em que se dança à beira das tumbas; em que aquele que ama recusa a sua amante para não lhe transmitir o seu mal; em que o crime não pesa sobre o criminoso, mas sobre o animal emissário que nos cabe no desvario de uma hora de terror.

A alma pacificada é a mais firme. Sereis firmes, face a esta estranha tirania. Não servireis esta religião tão velha como os mais antigos cultos. Ela assassinou Péricles, quando ele não desejava outra glória senão a de não provocar o luto de nenhum outro cidadão, e ela não descansou depois desse assassínio ilustre, dizimando os homens e exigindo o sacrifício das crianças, até ao dia em que se abateu sobre a nossa cidade inocente. Mesmo que esta religião nos caísse do céu, seria necessário dizer então que o céu é injusto. Se chegardes a isso, que não retireis disso nenhum orgulho. Lembrareis muitas vezes, pelo contrário, a vossa ignorância, para serdes capazes de observar a boa medida, única senhora dos flagelos.

Finalmente, nada disto é fácil. Apesar das vossas máscaras e das vossas sacolas, do vinagre e dos fatos encerados, apesar da placidez da vossa coragem e do vosso esforço firme, um dia virá em que não podereis suportar esta cidade de agonizantes, esta multidão que rodopia em ruas sobreaquecidas e poeirentas, esses gritos, esta emergência sem futuro. Um dia virá em que querereis gritar o vosso desgosto perante o medo e a dor de todos. Nesse dia, não haverá mais remédio que possa recomendar-vos, senão a compaixão, que é a irmã da ignorância.

Tradução de João Duarte Rodrigues

Facebook: https://www.facebook.com/AlbertCamusAuthor/
Twitter: www.twitter.com/AlbertCamusOff
Instagram: https://www.instagram.com/albertcamusofficial

DOUTOR JUÍZ VITOR MANUEL NEVES NUNES DE ALMEIDA

FALECEU

Sua esposa MARIA DE FÁTIMA ABRANTES JORGE NUNES DE ALMEIDA, filhos e demais família vêm por este meio participar o falecimento do seu ente querido, Sr. Doutor Vitor Manuel Neves Nunes de Almeida, residente no Porto, natural de Ervedal da Beira, Oliveira do Hospital. A família agradece todas as condolências e demonstração de solidariedade neste momento de tristeza. Devido às recomendações em vigor pelo surto da covid-19, compreendemos que a vossa melhor presença é a ausência. A todos o nosso muito obrigado.

Agência Funerária Antas
Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas

ESPAÇO PÚBLICO

Ferro Rodrigues

Como presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, nunca se remete ao silêncio quando este órgão de soberania está a ser atacado e foi o que aconteceu mais uma vez com a polémica em torno das comemorações do 25 de Abril, que foram acordadas com uma larga maioria dos grupos parlamentares. Ferro vai mais longe ao dizer que as celebrações deste ano são ainda mais importantes por ser em tempo de "emergência". (Pág. 20) **N.P.**

Rui Pinto

Rui Pinto, o *hacker* português que foi detido em Budapeste em Janeiro de 2019 e que agora está a colaborar com a PJ, beneficiou de um "preço de desconto" nos serviços jurídicos que teve desde essa altura. Quem o conta nesta edição é Delphine Halgand-Mishra, directora-executiva da Signals Network, organização que financia a defesa do português. Em 15 meses de detenção, as despesas judiciais aproximam-se dos 30 mil euros. (Pág. 21) **H.P.**

O alastramento da pandemia estreitou o mundo

Amílcar Correia
Editorial

O fecho de fronteiras para suster a propagação da pandemia inspira atitudes indignas entre chefes de Estado pouco propensos à solidariedade entre países, nada preocupados com as regras básicas do funcionamento de um regime democrático, e a destruir ainda mais qualquer ordem internacional.

Fronteira é mais do que uma noção territorial; é um conceito apreciado por quem gosta de erguer muros, fechar portas e impedir os outros de entrar. É um bacilo. Um mundo sem fronteiras e de livre circulação poderá manter-se para os mercados financeiros, mas corre o risco de se transformar numa recordação.

As guerras comerciais entre EUA e China transferiram-se agora para o cenário de combate a um novo coronavírus. Os EUA deixam de financiar organismos multilaterais como a Organização Mundial de Saúde com o argumento espúrio da simpatia deste organismo pela China e esta, depois do aparente controlo da pandemia, tenta as suas hipóteses de afirmação e de liderança mundial, exibindo a sua generosidade.

É como se estivéssemos perante uma inversão de papéis: um tio Sam quezilento, fechado e avaro e um império do meio que não hesita em socorrer quem precisa de máscaras, ventiladores ou de especialistas experientes em virologia.

A guerra terá vários episódios daqui em diante, pelo menos, até às presidenciais norte-americanas. Trump terá muito tempo para pôr a democracia dos EUA à prova, algo coerente com alguém que está convencido de que tem a autoridade "total" e a desfaçatez de ameaçar suspender o Senado, como se fosse um monarca do século XVIII. E terá também muito tempo para levar ao extremo a sua missão de instigar à maior desordem internacional possível.

Há óbvias diferenças entre regimes repressivos, onde o controlo social é exercido sem escrúpulos, seja na China ou na Hungria, e os regimes democráticos. Mas os exemplos dos primeiros têm todas as condições para inspirar discursos nacionalistas e proteccionistas caso as democracias não consigam ter a resposta certa e pronta aos dilemas que a pandemia suscitou.

O Presidente francês teve a lucidez, esta semana, de o dizer, responsabilizando a Alemanha e os Países Baixos por eventuais danos irreversíveis nas democracias se a falta de solidariedade entre Estados-membros se tornar uma regra. Ou a União Europeia é capaz de provar, na actual conjuntura, que existe como projecto político e não apenas como projecto económico ou então poderemos ter uma "autoridade total" em cada esquina. O alastramento da pandemia estreitou o mundo.

acorreia@publico.pt

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

A "nova normalidade"

As escolas perceberam que podem dar ensino sem ter de aturar alunos desrespeitadores e mal-educados. Por seu lado, os pais, habituados a despejar os filhos na escola, vêm-se forçados a ter o papel de educativo que sempre deviam ter assumido. (Salvo as excepções.) Fica aberto um caminho para um ensino misto entre o tecnológico e presencial.

As empresas perceberam que o teletrabalho funciona e vão reequacionar o tamanho das suas instalações. A par das empresas, também o Estado percebeu que a questão do teletrabalho funciona. Por outro lado, os funcionários perceberam que com o teletrabalho podem ter mais qualidade de vida, não perderem horas em engarrafamentos, gastar dinheiro em almoços, ter mais tempo em família, etc... Para o país voltar a laborar a uma velocidade de cruzeiro, o início da retoma da economia vai passar por estas novas realidades. Um sem-fim de coisas que agora as pessoas foram forçadas a aprender a fazer à distância vai mudar hábitos e costumes.

Todos tiveram a oportunidade de aprender um novo sentido de igualdade. Para os que duvidavam ou mesmo pensavam o contrário... foram, e espero que o tenham sentido, iguais a todos os outros. Ainda está toda a gente a tentar perceber o que será essa "nova normalidade". Ainda se apalpa o terreno para saber se não é pantanoso. Ninguém sabe como vai ser, pode-se apenas fazer extrapolações e especulações.

As pessoas vão retomar a vida, o dia-a-dia, com receio do próximo. O uso da máscara vai tornar-se parte integrante na nossa indumentária. A distância social irá passar a fazer parte do comportamento instintivo de cada um. Como será o comportamento das pessoas nos transportes públicos? Nos centros comerciais? Como serão almoços de amigos nos restaurantes? Ou os jantares de família? Como será a atitude das pessoas ao ir ao cinema ou ao teatro? Ou o aglomerado de pessoas nos estádios e nos festivais de música? Estas questões que vagueiam no meu pensamento, com muitas dúvidas, poucas certezas, mas com grande esperança de que se use esta adversidade para todos fazermos uma sociedade e um país melhor.
Miguel Rodeia, Lisboa

Luis Sepúlveda

Morreu *O Velho que Lia Romances de Amor*. Luís Sepúlveda, romancista e activista político chileno não resistiu à covid-19. O autor de *A Lâmpada de Aladino* e *Encontro de Amor Num País em Guerra* honrou a Póvoa de Varzim ao participar no 21.º Correntes D'Escritas, Encontro de Escritores de Expressão Ibérica. O antigo membro da guarda pessoal de Allende deixou-nos um exemplo de resistência a todas as formas de ditadura. *O Poder dos Sonhos* ilumina *A Sombra do que Fomos*.
Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Trump ou a imposição de uma nova (des)ordem

Penso em Trump, Presidente de um dos países mais poderosos do mundo. A decisão de cortar o financiamento à OMS, entre outras medidas, tais como não subscrever o acordo climático de Paris ou o proteccionismo económico de cariz nacionalista, revelam insensatez, egoísmo e uma tendência marcante de lutar contra o bem comum, tão importante para a defesa da justiça e da paz.
José A. Oliveira, Porto

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

Donald Trump

O Presidente Donald Trump incentivou a protestos contra medidas de isolamento nos EUA, pedindo que "libertem" o Minnesota, Michigan e Virgínia — estados governados por democratas e que podem ser importantes para as presidenciais de Novembro. O governador de Washington, Jay Inslee, acusou o Presidente de "estar a pôr em risco a vida das pessoas". Em Austin, uma centena de manifestantes juntaram-se sem observar distância social. (Pág. 25) **M.J.G.**

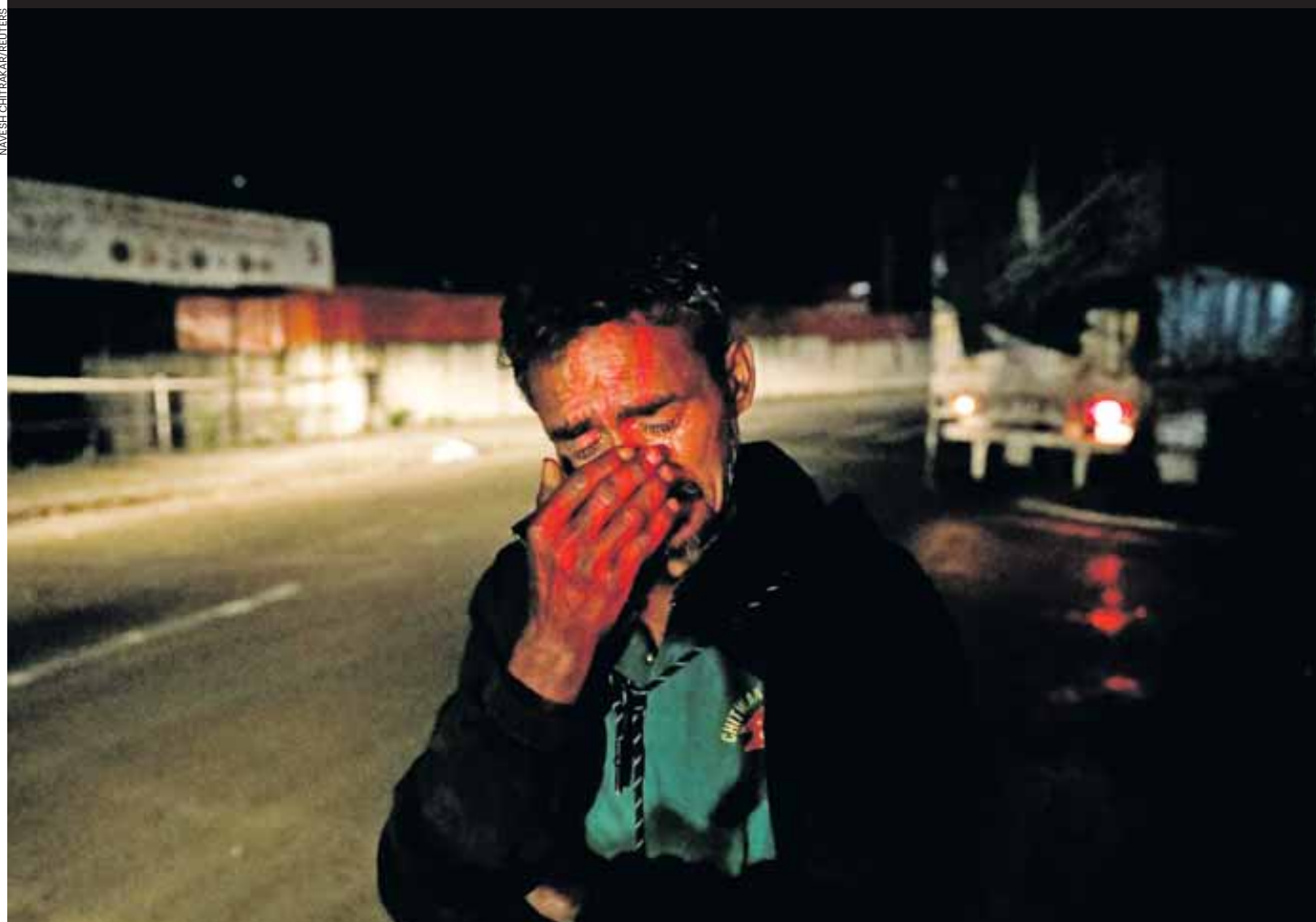
Pinto da Costa

Com a UEFA à perna por causa dos critérios do *fair-play* financeiro, um prejuízo de mais de 50 milhões de euros no primeiro semestre da temporada, um empréstimo obrigacionista de 35 milhões de euros a vencer no próximo mês de Junho, e a antecipação de 175 milhões de euros das receitas televisivas, o FC Porto está numa situação muito complicada face à inevitável quebra dos montantes a encaixar pelas transferências de jogadores que a covid-19 irá impor. (Pág. 30/31) **J.M.M.**

ESCRITO NA PEDRA

A verdadeira esperança é uma qualidade, uma determinação heróica da alma. E a mais elevada forma de esperança é o desespero superado

Georges Bernanos (1888-1948), escritor francês

SEM COMENTÁRIOS QUARENTENA PARA FAZER FACE À COVID-19, KATMANDU, NEPAL

NAVESH CHITRAKAR/REUTERS

EM PUBLICO.PT

Como é dar à luz em plena pandemia?

"É assustador pensar que vais estar num ambiente que te pode pôr a ti ou ao teu bebé em risco", diz Nancy Pedroza.
publico.pt/p3

Coronavírus explicado às crianças

Como explicar? Com uma curta animada de dois minutos, disponível no Youtube: *Coronavírus, o viajante indesejável*.
publico.pt/p3

Como manter a indisciplina fora da sala de aula virtual

Se é professor, leia estas seis dicas para uma aula à distância em segurança e a salvo de intrusos.
publico.pt/impar

Vizinhos temporões

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

É de uma janela alta que vejo a manhã. Mal acordo, já lá estou para ver as novidades. Começo por esticar os olhos, certificando-me que ainda lá está o Atlântico, o farol do cabo da Roca, a serra de Sintra, o sol acabado de acordar. Mas depois desço os olhos até à minha rua, vazia de gente mas cheia de outros bichos. Há três parelhas de cães, todos cheios de pressa àquela hora, que passam a caminho das casas. Viram os focinhos um para o outro enquanto correm, como se estivessem a comentar a temperatura do alcatrão:

"Isto hoje está perfeito, ó *Piloto!*"

"A quem o dizes, meu caro *Mondego*, até parece que me está a massajar as almofadas das patas."

Não tarda nada, cá estão eles novamente, sempre disparados, desta vez na direcção oposta, alvejando o coreto.

Foi feita alguma inspecção diária que, mais uma vez, terá corrido bem.

"Gostei do que vi, *Mondego*!"

"Assim, sim!"

"Como está o teu apetite?"

"Está todo aberto, *Piloto*!"

E desaparecem ainda a rir.

Depois há coisas que só vi uma vez. Hoje ainda não eram sete horas vejo a cabeça e a proa de um pombo a meio da calçada, a virar a esquina.

É seguido por outro pombo a uma distância social e depois por outro e depois por mais um, todos de passos sincronizados, sem comunicarem uns com os outros, como se estivessem todos à procura da mesma coisa.

Não conversam nem saem da calçada, passando mesmo por baixo da minha janela, embrenhados na importância da missão deles.

No telhado está um exibicionista dum melro a tentar apagar a cor do céu com a cauda.

Já posso ir para dentro.

António Costa tem razão

Teresa de Sousa
Sem Fronteiras

A Europa sobreviverá a uma segunda crise em menos de dez anos, ainda mais devastadora que a anterior?

1. António Costa endureceu as críticas aos países europeus que insistem em lidar com esta crise como lidaram com a crise financeira que rapidamente se transformou numa crise do euro e da própria União. Não poupa publicamente a Holanda que lidera esse grupo, com os governos da Áustria e da Finlândia a esconderem-se silenciosamente por trás. Poupa a Alemanha, que distingue dos outros três. Internamente, começam a ouvir-se algumas vozes críticas ao comportamento do primeiro-ministro. Em dois sentidos. Primeiro, que o seu discurso é apenas para consumo interno. Segundo, que as coisas não se fazem assim na União Europeia e que ele deveria reservar as suas palavras mais duras para o segredo do Conselho Europeu. Podem parecer palavras razoáveis. Não são.

Mark Rutte já respondeu ao seu homólogo português, que o tinha acusado de parecer querer sair da União, perguntando-lhe de volta se era ele que queria sair do euro. O primeiro-ministro holandês está a ver o filme ao contrário. É precisamente porque Portugal não quer abandonar o euro que as críticas de António Costa são tão veementes.

2. Recuemos aos primeiros dois anos da crise das dívidas soberanas que se transformou numa crise do euro. Em cima da mesa estiveram vários cenários possíveis, até à intervenção salvadora de Mario Draghi no Verão de 2012. É bom lembrar que só na noite de 9 para 10 de Maio de 2010 – um fim-de-semana –, perante a iminente abertura dos mercados financeiros, a chanceler alemã percebeu que a sua insistência na "cláusula de *no bail-out*" do Tratado de Maastricht deixara de ser possível, aceitando a primeira intervenção financeira da União para salvar a Grécia da bancarrota. Merkel viu à sua frente o abismo, quando percebeu que, se a Grécia caísse, desencadearia um dominó que conduziria ao fim abrupto da união monetária europeia.

Até essa altura, e mesmo depois, alguns governos europeus, incluindo o alemão, tinham colocado em cima da mesa a saída da Grécia da zona euro. No dia 11 de Novembro de 2011, numa cimeira a dois, Merkel e Sarkozy "despediram" publicamente um primeiro-ministro de um Estado-membro – no caso, George Papandreou, quando lhes comunicou que não garantia que o "programa de ajustamento" imposto ao seu país fosse aceite pelos gregos e que queria sujeitá-lo a referendo.

Criou-se, então, a narrativa segundo a qual havia dois tipos de países: os "justos" e os "perdulários", que tinham andado a gastar "acima das suas posses", passando convenientemente uma borracha sobre o papel da gigantesca crise financeira de 2008 no colapso das suas finanças. O "*whatever it takes*" de Draghi foi suficientemente poderoso para convencer os mercados de que falava verdade quando disse que estava preparado para fazer tudo, "mas mesmo tudo", para salvar o euro. Nos anos seguintes, o cenário do colapso do euro foi afastado, não se falou mais em expulsar ninguém, os "programas de ajustamento" foram aplicados. O resto da história, conhecemo-la bem.

Pergunta: alguém acredita que uma resposta idêntica à actual crise, muito mais profunda nas suas consequências económicas e sociais, que tem a particularidade de ser simétrica, afastando o chamado "risco moral" que justificou os programas de austeridade, vai ser aceite pacificamente pelos cidadãos europeus dos países mais vulneráveis às suas consequências? Não creio. Qualquer cidadão de um país do Sul perguntar-se-á com toda a legitimidade: a Europa é isto? É este o preço que vou ter de pagar eternamente para ter euros na algibeira? É fácil de imaginar qual possa ser a maioria das respostas, mesmo em países tão pró-europeus como o nosso. O discurso alternativo segundo o qual, em termos estratégicos, vale a pena estar no euro e na União, até pode ser verdadeiro. É demasiado abstracto para mobilizar uma maioria.

> **António Costa passou quatro anos a acumular credibilidade em Bruxelas. Está agora em condições de a gastar**

É isto que está hoje em causa. A Europa sobreviverá a uma segunda crise em menos de dez anos, ainda mais devastadora que a anterior? É por isso que o primeiro-ministro tem sido tão duro nas suas críticas a um país cuja primeira reacção foi apontar o dedo a Espanha e dizer que, se não tinha margem para enfrentar a tragédia que se abatia sobre ela, a culpa era sua. Quem aceitar esta lógica ponha dedo no ar. Não. António Costa não está a falar para consumo interno. Está a falar para a Europa. Porque sabe melhor do que ninguém que o nosso destino colectivo depende hoje, mais ainda que no passado, das decisões que a União tomar.

3. Segunda questão. Devia fazer as suas críticas baixinho e de preferência no sossego do Conselho Europeu? Mais uma vez, há aqui duas questões. A primeira está em que a dimensão desta crise não tem nada que ver com as anteriores e, consequentemente, as formas de enfrentá-la em comum também não. Fingir que estava tudo bem seria, no mínimo hipocrisia e, no máximo, total irresponsabilidade.

A questão seguinte é a velha ideia de sermos "bem-comportados" ou "alunos diligentes" de professores mais severos ou mais simpáticos. Está errada hoje, como estava ontem e como sempre esteve. Porquê? Há países superiores, que dão lições, e outros inferiores, que as recebem? A Europa não é isso e quando for isso acaba. Não temos de ser todos "alemães" ou "franceses" ou "italianos" ou "holandeses" ou "suecos", ou "espanhóis". A União vive e sempre viveu da diversidade entre os seus países. Cada um chega lá com a sua história tantas vezes secular, a sua cultura, o seu desenvolvimento económico e social, os seus hábitos de vida. O segredo tem sido sempre, quando era a seis ou quando é a 27, encontrar um interesse comum que seja vantajoso para todos. Cada país tem de contribuir para o compromisso possível em cada momento, a partir dos seus interesses próprios e a partir da aceitação dos princípios e dos valores que definem constitucionalmente a União – esses, sim, são intocáveis e deviam ser inegociáveis.

Acresce que António Costa passou os últimos quatro anos a acumular credibilidade em Bruxelas e junto das principais capitais europeias. Está agora em condições de a gastar. Foi conciliador quando era preciso. Por exemplo, teve um papel fundamental na negociação de um orçamento próprio para a zona euro, que ficou a meio caminho entre a total relutância de Berlim ou da Haia em considerar tal hipótese e a proposta de Paris de dotar, finalmente, a zona euro de um verdadeiro instrumento orçamental que é fundamental para qualquer união monetária. Nessa altura, negociou directamente com Mark Rutte a proposta que acabou por ser adoptada. Várias vezes fez a ponte entre Macron e Merkel, cujo crescente distanciamento era evidente até à chegada desta crise. É por isso que pode ser exigente agora.

Esta crise não se compadece com meias medidas. Será, de qualquer modo, devastadora para as economias europeias. A questão não é de "solidariedade", é de uma "resposta comum". Para que uns não tenham de pagar um preço muitíssimo mais alto do que outros.

4. Nota final. Basta ler jornais, ouvir rádio ou ver televisão para saber que o "unanimismo" é um risco que não corremos. A crítica aos principais responsáveis políticos e às suas decisões é constante. Concordamos com algumas, discordamos de outras, mas as coisas são mesmo assim num país livre e democrático. As referências elogiosas à forma como Portugal está a lidar com a pandemia sucedem-se na grande imprensa estrangeira, tentando encontrar explicações. Costuma faltar uma: a feliz conjugação de políticos competentes e responsáveis, com o indispensável sentido de Estado, à frente das principais instituições públicas, que percebem a necessidade do consenso, o que é completamente diferente de unanimismo.

Refiro-me, naturalmente, ao primeiro-ministro, que, por vezes, parece que "levou a vida toda a preparar-se para este momento" (pedindo a frase emprestada a uma amiga); ao Presidente, que encontrou o seu lugar e cuja pedagogia tem sido crucial; ao líder da oposição, que entendeu perfeitamente o seu papel, prestando um inestimável serviço ao seu país; ao presidente da Assembleia da República, com uma longa vida ao serviço da democracia e da liberdade, condição essencial para preservar o papel central do Parlamento no sistema político. Podia acrescentar o ministro das Finanças, no seu cargo absolutamente crítico de presidente do Eurogrupo. E até poderia dizer com inteira justiça que, apesar de tão criticada no anterior Governo, percebemos hoje por que razão Marta Temido se manteve no actual.

Jornalista. Escreve ao domingo
teresa.de.sousa@publico.pt

Antropologia da esperança activa

Frei Bento Domingues O.P.

O ser humano é estruturalmente desejo. A antropologia, antes de o tentar explicar, deve saber reconhecê-lo

1. De uma descendência de animais, hoje desaparecidos, na qual se incluíam geleias marinhas, vermes rastejantes, peixes viscosos, mamíferos peludos, este neto de peixe, este sobrinho-neto de lesma, tem direito a um certo orgulho de alguém bem-sucedido. De uma certa descendência animal, que em nada parecia votada a um tal destino, saiu o animal extravagante que viria a inventar o cálculo integral e a sonhar com a justiça [1].

A este delicioso texto do biólogo Jean Rostand (1877-1977) junto outro mais recente – situado em plena crise provocada pela covid-19 – e um pouco menos eufórico de Arlindo Oliveira, professor do IST:

"A espécie humana tem, do seu lado, uma capacidade única para perceber os mecanismos usados pelas outras espécies. É essa capacidade, a inteligência, que nos distingue dos outros animais e dos outros organismos. É essa capacidade que nos permitirá ultrapassar, sem danos significativos para a civilização, mais esta batalha pela sobrevivência. Que não será a última, nem a mais severa. Outros vírus, outras bactérias e outras doenças, potencialmente mais letais, continuarão a ameaçar a nossa sobrevivência como indivíduos e, no caso mais dramático, como espécie. Mas a inteligência humana coloca do nosso lado um arsenal de capacidade inigualável, que permitirá combater qualquer ameaça desta natureza. O maior inimigo da espécie humana não são os vírus, as bactérias ou qualquer outro animal. O nosso maior inimigo somos nós mesmos porque, pela primeira vez, uma espécie tem a capacidade de se autodestruir. Esse é o maior risco para a espécie humana, aquele contra o qual devemos estar precavidos e atentos." [2]

A morte dos indivíduos não atinge a espécie humana, que também não tem um prazo eterno de garantia. A ciência e a tecnologia ainda não conseguiram extinguir a benéfica *ilusão* do desejo de viver, como diria Freud. O ser humano é estruturalmente desejo. A antropologia, antes de o tentar explicar, deve saber reconhecê-lo.

Devemos a I. Kant uma formulação admirável sobre a dignidade da nossa condição: o ser humano não tem preço, tem

REUTERS

valor. Não é um meio para algo de mais valioso a que deva ser sacrificado.

As suas famosas perguntas: que posso eu conhecer, que devo eu fazer, que me é permitido esperar, estão todas condensadas nesta – *o que é o homem?* Eu prefiro perguntar o que é o ser humano?

Para ele, a resposta pertence à antropologia. O filósofo judeu, Martin Buber, fez-lhe uma observação pertinente. Kant tem, nos seus escritos, um conjunto de preciosas observações sobre o conhecimento do homem. Não abordou, no entanto, nenhum dos problemas que a antropologia implica: o lugar especial do homem no cosmos, a sua relação com o destino e com o mundo das coisas, a compreensão dos seus semelhantes, a sua existência como aquele que sabe que vai morrer, a sua atitude em todos os encontros, ordinários e extraordinários, com o mistério.

Contra o desânimo, esperança activa. A mensagem *Urbi et Orbi*, do dia de Páscoa, tem emprego para todos

Martin Heidegger, o filósofo do assombro perante *o acto puro de existir* e que sabia unir pensamento e poesia, atribui a incongruência de Kant ao próprio carácter indeterminado da sua pergunta, "O que é o homem?"... Quer dizer, a pergunta acerca do que ele pode conhecer implica uma limitação, pois supõe também o que ele não pode conhecer, a finitude humana, que é a própria essência da nossa existência. Por isso, em lugar da antropologia, surgiu uma ontologia fundamental.

Seja como for, a antropologia filosófica não quer conhecer o ser humano como um pedaço da natureza nem pode contentar-se em fazer dele apenas uma questão metafísica: deve estudar o ser humano na sua complexa integridade.

Se o fixarmos como um objecto, ficamos apenas com uma coisa da natureza, não com uma subjectividade irredutível. Quem o investiga não pode fazer de conta que não está implicado nessa investigação.

O romancista Georges Bernanos advertiu: "Se os vossos actos, os vossos sentimentos, mesmo as vossas ideias, não são mais do que simples deslocamentos moleculares, um trabalho químico e mecânico comparável ao da digestão, em nome de quem, em nome de quê, quereis que eu vos respeite?"

2. Nesta crise não faltou quem afirmasse que está a ser um erro perder tempo, espaço, dinheiro com a assistência aos idosos. É simplesmente antieconómico. Devia-se deixar que o novo coronavírus fizesse o seu trabalho de eliminar os inúteis e reservar os cuidados com os humanos produtivos ou que possam vir a ser produtivos. Não fazer despesas com os funerais: a vala comum permite uma igualdade que lhes foi negada enquanto viveram.

O desejo infinito de viver é uma megalomania alimentada pela religião sob a capa da esperança, quando sabemos que a morte não pede nada, não fala. É o ponto final na comunicação.

O Papa Francisco tem outra ideia: "O túmulo é o lugar donde quem entra não sai. Mas Jesus saiu para nós, ressuscitou para nós, para trazer vida onde havia morte, para começar uma história nova no ponto onde fora colocada uma pedra em cima. Ele, que derrubou a pedra da entrada do túmulo, pode remover as rochas que fecham o coração. Por isso, não cedamos à resignação, não coloquemos uma pedra sobre a esperança. Podemos e devemos esperar, porque Deus é fiel. Não nos deixou sozinhos, visitou-nos: veio a cada uma das nossas situações, no sofrimento, na angústia, na morte. A sua luz iluminou a obscuridade do sepulcro: hoje quer alcançar os cantos mais escuros da vida. Minha irmã, meu irmão, ainda que no coração tenhas sepultado a esperança, não desistas! Deus é maior. A escuridão e a morte não têm a última palavra. Coragem! Com Deus, nada está perdido." [3]

3. Quando se pergunta o que será a nossa situação ao terminar esta pandemia, o Papa responde que depende da opção que tomarmos: "Ou a nossa aposta será pela vida, pela ressurreição dos povos, ou será pelo deus dinheiro: voltar à sepultura da fome, da escravidão, das guerras, das fábricas de armas, das crianças sem escolas... aqui está a sepultura!" [4]

A reconstrução da vida das pessoas, dos países, dos continentes, é incompatível com a nostalgia de um estilo de vida que alimentou desigualdades infames entre pessoas, grupos, países e continentes. Estivemos e estamos no mesmo barco, durante muitos meses, mas não da mesma maneira. As desigualdades abissais entre ricos e pobres não foram apagadas. É tempo de começar algo de novo, não perder as experiências admiráveis dos que apostaram em não deixar ninguém para trás.

Contra o desânimo, esperança activa. A mensagem *Urbi et Orbi*, do dia de Páscoa, tem emprego para todos.

[1] Este fragmento serviu de epígrafe a um meu antigo depoimento sobre ressurreição: *A minha alma não sou eu*.
[2] PÚBLICO (06-04-2020)
[3] Homilia do Papa na Vigília Pascal
[4] Homilia do Papa na Missa de 13-04-2020

Escreve ao domingo

POLÍTICA

Ferro recusa ceder. “25 de Abril tem de ser e vai ser celebrado”

Presidente da Assembleia da República responde a boicote do CDS e a petição que pedia o cancelamento da cerimónia. Alegre diz que há “aproveitamento político” dos que “não querem” celebrar a revolução

Parlamento
Helena Pereira
e Sofia Rodrigues

Perante a contestação pública à sessão plenária do 25 de Abril, o presidente da Assembleia da República (AR) saiu em defesa da decisão. A proposta de comemorações do 25 de Abril foi aprovada no Parlamento com o “apoio dos representantes de 90% dos deputados eleitos” e “será cumprida”, garantiu ontem ao PÚBLICO Eduardo Ferro Rodrigues.

“Mais do que em qualquer outro momento, o 25 de Abril tem de ser e vai ser celebrado na AR. A AR não saiu do terreno da vida política democrática com a pandemia, o estado de emergência ou a pressão de saudosistas, antiparlamentares ou seguidores de *fake news*”, afirmou, acerca das comemorações, que vão reunir 77 parlamentares e 50 convidados no próximo sábado.

Segundo Ferro Rodrigues, celebrar o 25 de Abril de 1974 “é também a forma de impedirmos que no futuro a excepção seja glorificada como regra e realidade permanente, de homenagearmos mortos, doentes e os que estão no combate contra este vírus assassino e de dizermos que da crise que vamos continuar a viver não sairá qualquer alternativa antidemocrática”.

O Parlamento “continuará a fazer-se ouvir”, sublinha. “Nestas circunstâncias, a unidade entre órgãos de soberania, o combate aos que promovem petições com números sem credibilidade nem controlo e a defesa da democracia constituem valores fundamentais”, argumenta a segunda figura do Estado.

Ontem, o líder do CDS anunciou que não irá estar presente na cerimónia por considerar que é contraditória com as medidas de contenção social impostas pelo Governo para combater a covid-19. Como forma de protesto, a bancada do CDS só se fará representar por um único deputado.

A decisão de manter a cerimónia “dá um péssimo exemplo aos portugueses e não respeita os sacrifícios que estão a fazer”, defendeu Francisco Rodrigues dos Santos, num vídeo enviado à comunicação social.

“A democracia fora do Parlamento não pode valer menos do que a democracia dentro do Parlamento. O 25 de Abril não se fez para separar ainda mais as elites do povo, nem para que uns fossem mais livres do que os outros”, disse, criticando a concentração de “centenas de pessoas num espaço fechado, algumas delas pertencentes a grupos de risco”.

No modelo escolhido, a sessão contará com um terço dos deputados (77 dos 230), cuja escolha cabe às direcções dos grupos parlamentares. Mas também haverá convidados, sentados nas galerias, o que pode vir a somar a presença de 130 pessoas no hemiciclo. O CDS defendia que a sessão fosse substituída pela mensagem do Presidente da República enquanto a Iniciativa Liberal preferia ver um deputado de cada bancada no hemiciclo. O Chega também pretendia o cancelamento da cerimónia e a sua substituição por intervenções dos líderes políticos à distância.

Além dos partidos, a realização da sessão é motivo de uma petição *online* que pede o seu cancelamento “imediato”. O texto – que ontem ao final da tarde já ultrapassava as 46 mil assinaturas – refere que neste momento se pede a “todos os portugueses que se abstenham de sair de casa” e que não se admite que a Assembleia queira comemorar o 25 de Abril juntando centenas de pessoas no seu interior”. “É uma vergonha o que aprovaram. Não respeitam minimamente o povo”, conclui.

Contrapetição

Ontem, o histórico socialista Manuel Alegre lançou uma petição a favor das celebrações, que em poucas horas reunia mais de mil assinaturas. “Algumas pessoas estão a fazer um aproveitamento político da decisão do Parlamento de mau gosto e hipócrita. No fundo, não querem que se celebre o 25 de Abril”, afirmou ao PÚBLICO o ex-deputado do PS.

Outra das subscritoras da iniciativa, Marisa Matias, eurodeputada do BE, considera que “há uma enorme diferença entre o estado de emergência e a democracia”. “Celebrar o 25 de Abril, cumprindo todas as normas estabelecidas para o período que vivemos, é não ceder à armadilha de quem quer fazer essa confusão e pôr em causa os valores democráticos e o Estado de direito”, declarou.

Alegre diz que, “no fundo”, há “algumas pessoas que não querem que se celebre o 25 de Abril”

DANIEL ROCHA

Ferro Rodrigues lembra que sessão foi decidida com o apoio de representantes de 90% dos deputados eleitos

helena.pereira@publico.pt
srodrigues@publico.pt

Advogados de Rui Pinto fizeram "desconto". Defesa custou 30 mil euros

O PÚBLICO falou com Delphine Halgand-Mishra, directora-executiva da Signals Network, organização que financia a defesa do *hacker*: "Se o Rui Pinto fosse francês ou alemão, não teria passado um ano na prisão"

Justiça
Miguel Dantas

"Estou certa de que se o Rui Pinto fosse francês ou alemão não teria passado um ano na prisão. Mas se ajudar Portugal a mudar a lei [sobre *whistleblowers*] e a investigar a corrupção, talvez tenha sido um preço alto a pagar, mas terá valido a pena." As palavras são de Delphine Halgand-Mishra, ex-jornalista francesa que agora é a directora-executiva da The Signals Network, organização que financiou as despesas judiciais de Rui Pinto desde a detenção do *hacker*, em Budapeste, em Janeiro de 2019.

Delphine simplifica as contas ao PÚBLICO: nestes últimos 15 meses, a organização sem fins lucrativos norte-americana gastou "cerca de 30 mil euros" com a defesa do português. Parte deste valor foi atribuído ao advogado húngaro, David Deak, que representou Rui Pinto até à extradição do *hacker* para Portugal. A partir desse momento, a responsabilidade passou para Francisco Teixeira da Mota e para a filha Luísa Teixeira da Mota, da firma de advogados com o mesmo nome. Por fazer parte da direcção da Signals Network, o advogado francês William Bourdon, que também representa Rui Pinto, recusou ser remunerado, para evitar possíveis conflitos de interesse. Neste valor, constam ainda os pagamentos de algumas viagens realizadas pelos advogados.

"Gastámos cerca de 30 mil euros até agora. Acordámos com os advogados um tecto salarial anual, uma espécie de 'preço de desconto'. É um valor inferior a 20 mil euros. Não é nada comparado às taxas das firmas de advocacia privadas", explica a directora-executiva.

Mas quem financia a The Signals Network? A ideia inicial da construção desta organização de protecção de denunciantes partiu de Gilles Raymond, um empreendedor francês que disponibilizou os fundos para a construção da rede e continua como presidente da direcção. Actualmente, a organização sem fins lucrativos recebe apoios de entidades que se destinam à protecção da liberdade de imprensa e dos denunciantes, tais como a Open Society Initiative for Europe e a Press Freedom Defense Fund, parte do First Look Media. Delphine explica que alguns órgãos de comunicação social parceiros da Signals Network, tal como o *The New York Times*, também contribuem com doações. Donativos de privados e campanhas de *crowdfunding* também fazem parte do financiamento.

Foi exactamente uma destas estratégias adoptadas para a defesa de Rui Pinto. Em poucos dias, a organização tinha conseguido angariar três mil dólares (cerca de 2700 euros) para pagar aos advogados do *hacker*. "Os *Luanda Leaks* mudaram completamente a percepção dele em Portugal", acredita Delphine, mostrando-se surpreendida pela adesão dos portugueses a esta campanha.

Snowden testemunha?

Delphine Halgand-Mishra participou numa conferência de imprensa de apoio a Rui Pinto em Fevereiro. Este evento aconteceu poucas semanas após ter sido conhecido que foi ele o responsável pela informação que originou os *Luanda Leaks*. Rui Pinto estava detido preventivamente há praticamente um ano: a prisão domiciliária e uma eventual libertação parecia longínqua, mas, na passada semana, o *hacker* foi colocado numa residência controlada pela Polícia Judiciária, depois de ter sido traçado um acordo de colaboração que envolve o acesso à informação encriptada.

"O nosso objectivo era libertá-lo, portanto estamos muito contentes que ele esteja em prisão domiciliária e em segurança. Também estamos felizes pelo facto de as autoridades portuguesas estarem a explorar uma colaboração com o Rui, porque ele expressou sempre vontade disso. Mas isto ainda não acabou: existirá um julgamento, que deverá ocorrer no Verão. Ainda há muito trabalho a ser feito, mas é um passo na direcção certa", explica Delphine.

Na reunião realizada em Fevereiro, o advogado francês William Bourdon revelou a intenção de arrolar como testemunhas abonatórias denunciantes e personalidades da esfera política.

MÁRIO CRUZ/LUSA

Rui Pinto saiu da prisão para uma residência controlada pela PJ

Um trabalho que está a ser feito pela Signals Network, com acesso directo a muitos *whistleblowers*. Delphine explica que Antoine Deltour, que revelou documentos que mostravam acordos fiscais secretos entre o Governo luxemburguês e 340 multinacionais num caso conhecido como *LuxLeaks*, está disposto a participar no julgamento. Outra das possibilidades foi a de chamar a depor Edward Snowden, em exílio na Rússia e responsável pela divulgação de um sistema de espionagem montado pelo Governo norte-americano. "Antoine Deltour está disponível, já demonstrou publicamente no passado o seu apoio para com Rui Pinto. O Snowden ainda não fez isso, mas ele deverá... estamos a trabalhar nisso (risos)", concluiu a directora-executiva.

"Rui Pinto estava bastante preocupado"

A directora-executiva da Signals Network tinha visitado Lisboa em Julho de 2019, no âmbito de outro evento que juntou a ex-eurodeputada Ana Gomes e a magistrada francesa Eva Joly. As três visitaram Rui Pinto na prisão e Delphine relembra o estado de espírito do gaiense.

"O Rui Pinto estava bastante preocupado com a sua situação. Estava a ser bem tratado nesta prisão e os guardas eram simpáticos para ele. Estar detido durante três meses e ter apenas um espaço pequeno para circular é duro para toda a gente, mas ele ainda estava optimista de que, no fim, a verdade seria descoberta", revela.

Delphine, Ana Gomes e Eva Joly também se reuniram com a ministra da Justiça, Francisca van Dunem. "A ministra estava muito cautelosa, portanto o tema da conversa centrou-se na directiva para denunciantes. Ela disse-nos que Portugal estava a tentar tomar medidas para isso. Depois falámos da vontade do Rui em colaborar com as autoridades. Foi uma reunião agradável, percebemos que ela se importava, mas não conseguia intervir muito de forma directa", relembra Delphine.

miguel.dantas@publico.pt

ECONOMIA

“Arrendamento de longa duração vai emergir no centro das cidades”

Matos Fernandes Ministério do Ambiente organizou um programa com medidas imediatas para relançar a economia. Quer aproveitar a crise da covid-19 para acelerar investimentos públicos e privados

Entrevista
Patrícia Carvalho
e Luísa Pinto

Não é um plano de Governo, mas é um plano de acção, a quatro anos, que permite uma resposta que seja necessariamente “simultânea e imediata”, como o exige a gravidade da crise que se instalou devido à pandemia da covid-19, e que tenha em conta “uma visão de longo prazo”, que encare “a criação de bem-estar como uma necessidade” e assuma que “a forma mais equilibrada de o conseguir será através de investimentos numa economia neutra em carbono, circular e bio”. Num documento organizado em torno de dez objectivos, e depois de ter pedido a duas dezenas de personalidades portuguesas que se pronunciassem sobre o modo como se poderiam valorizar as questões da sustentabilidade ambiental na saída da crise provocada pela covid-19, o ministro do Ambiente e da Acção Climática (MAAC) chegou a um plano de investimentos que atinge os dois mil milhões de euros, para os projectos exclusivamente públicos, e os 350 milhões em apoios públicos ao desenvolvimento de projectos privados.

João Pedro Matos Fernandes foi buscar muitos dos planos que já tinha em carteira, como os que se referem à expansão dos metros de Lisboa e Porto, ou o plano nacional do lítio e do hidrogénio, e pretende acelerar outros, como a barragem do rio Ocreza. Em comum têm o facto de todos poderem arrancar no prazo de 18 meses – “assim haja a arte de concentrar o investimento necessário no sector do ambiente”.

Acredita que a situação de excepção criada pela pandemia da covid-19 vai deixar marcas suficientemente duradouras para aceleramos o caminho para uma economia verde?

Nós não quisemos resolver a tensão entre aqueles que acham que o que está a acontecer é uma razão para recuperar [a economia] muito depressa, pondo em segundo lugar as questões ambientais, e os que acham que esta é a grande oportunidade para uma sociedade mais justa e mais sustentável. Acho que a síntese desta tensão se resolve pela afirmação, que é e foi sempre a nossa, que a política ambiental não é uma política do “não”, mas sim uma política de pugnar pelo bem-estar de todos, através de um conjunto de investimentos que sejam fundamentais para que a economia possa crescer gerando bem-estar, mas que cresça neutra em carbono, circular e regenerando recursos. É isso que é absolutamente fundamental. O ambiente e a sustentabilidade ganharão um papel de maior relevância social se forem objectivamente os motores da criação de riqueza e bem-estar qualificado.

A maior parte das propostas que surgem neste documento não são novidade, referem-se à consolidação de medidas e projectos já anunciados. O que é que esta situação de pandemia trouxe de verdadeiramente novo ao que o MAAC projecta para os próximos anos?

O que é verdadeiramente novo aqui é a percepção de um conjunto de valores, que parecem agora ser valores societais, que podem de facto multiplicar aquilo que eram os projectos que vinham de trás e um conjunto de outros. Dos projectos que aparecem na nossa lista final, a maior parte deles são novos do ponto de vista da perspectiva do compromisso, para não dizer que são quase todos novos. Não há um tostão investido destes dois mil milhões de euros de que ali se fala. Tudo isso é novidade.

Mas muitas das coisas, apesar de não estarem orçamentadas, já estavam previstas.

Não havia compromisso algum. Alguns exemplos: o projecto de multiplicar por cinco a reabilitação das ribeiras, de que o PÚBLICO deu notícia há dias, não existia; assumir o compromisso de fazer a protecção do litoral frente ao Furadouro, em Ovar; a antecipação da construção da Linha Vermelha do metro em Lisboa; a possibilidade de a nova linha de metro para Vila Nova de Gaia, com uma nova ponte sobre o Douro. Tudo isso são projectos que são novos no nosso compromisso ou na vontade de compromisso. Temos de facto, repito, um conjunto de valores que emergem da maneira como a sociedade está a reagir à crise que podem permitir avançar com projectos diferenciados. Vimos que o teletrabalho é possível. A digitalização dos serviços ambientais tem necessariamente de se concretizar a partir do momento em que sabemos isso e, já agora, com as vantagens da redução do total de emissões, por haver também uma redução de deslocações. Uma outra questão que vai ser relevantíssima é que os investimentos que virão a ser feitos ou que foram feitos na reabilitação do património imobiliário vão tender a transformar-se em valores mais seguros e mais perenes. O mercado de arrendamento de longa duração vai mesmo emergir no centro das cidades e com isso vamos ter centros históricos muito mais vivos e menos deslocações. Há também um conjunto de outros valores que acho que são muito importantes e que emergem agora. A importância do silêncio e a melhoria da qualidade do ar das cidades – afinal essas coisas são possíveis. Desejavelmente, devem ser possíveis com projectos estruturados e nunca em situações

Confesso que num cenário Portela+1 não consigo imaginar melhor localização do que o Montijo

RUI GAUDÊNCIO

Explorar recursos geológicos que são portugueses, com todo o cuidado ambiental, é fundamental que venha a ser feito

como aquela que estamos a viver. E há aqui, para concluir, uma outra dimensão que me parece da maior importância para aquilo que é a redução da pegada ecológica, que é o valor das cadeias curtas de produção, distribuição e consumo. Isso vai provocar alterações na agricultura, que tem de ser cada vez mais diversa nas espécies que cultiva, para poder abastecer mercados de proximidade. E isso vai certamente provocar mudanças no consumo.

Acredita que o valor do silêncio das cidades ou a melhoria da qualidade do ar vão pesar o suficiente no momento de os contrapor, por exemplo, ao impacto que terá o baixo preço do petróleo, associado à pressão para um rápido crescimento?

O nosso papel aqui não é passar receitas, nem pouco mais ao menos. Mas o preço baixo do petróleo é de facto a razão por que esperávamos para acelerar o *phasing out* dos benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis. Já começou com o carvão há três anos, começou com o gás e o fuelóleo no ano passado, pretendemos alargá-lo, e este é o tempo para poder acelerar esse *phasing out*, para haver formas justas de competição. A prova de que também do ponto de vista institucional a sociedade está a mudar, tive-a quando li o senhor presidente da ACAP [Associação do Comércio Automóvel de Portugal] a defender que são fundamentais os subsídios aos veículos eléctricos.

Fala em avançar com uma estratégia nacional para o hidrogénio, a somar-se à estratégia para o lítio, que ainda não teve grandes avanços e sofre grande contestação no terreno. Acredita que vai haver menor contestação das comunidades?

Esta crise sublinha a relevância da digitalização e da electrificação na sociedade e na economia. E não existe a digitalização nem a capacidade de electrificar a mobilidade sem haver lítio. Já percebemos o risco que temos em depender de produtos e matérias-primas que vêm de muito longe. De muitos desses produtos e matérias-primas nós dependeremos sempre, porque não existem em Portugal. Agora, explorar recursos geológicos que são portugueses, com todo o cuidado ambiental, porque isso não se discute, para desenvolver a indústria 4.0, a digitalização e a electrificação da mobilidade, é absolutamente fundamental que venha a ser feito. Não quero dizer com isto que acho que os movimentos locais que se opõem vão mudar de opinião por causa disso. Agora, quero acreditar que a sociedade entenderá, independentemente de simpatia, cada vez menos esses movimentos.

No documento refere que a queda de procura no alojamento local permitirá o regresso dos moradores ao centro das cidades. Está a prever que não haverá recuperação do sector do turismo a curto, médio prazo?

Não. A questão da recuperação do sector do turismo joga-se à escala mundial e Portugal será até dos países da Europa e do Sul da Europa que mais depressa irão recuperar porque, felizmente, até à data, os números que temos apresentado revelam um sistema de saúde capaz, robusto, a funcionar (o que é sempre importante quando qualquer um de nós vai de férias), e uma sociedade organizada para combater esta pandemia. Coloco essa questão mais do lado da segurança do investidor. Parece evidente que assim como não deve haver monoculturas agrícolas e monoculturas florestais, não deve haver cidades monofuncionais. Porque 98% dos edifícios e das fracções dos edifícios são privados, quero mesmo acreditar que alguns destes investidores vão caldear os seus investimentos, tendo uma parcela relevante de património de fogos edificados que sejam destinados ao arrendamento de longa duração.

E já há algum indicador que permita sustentar essa crença?

Já aparece hoje, sobretudo em Lisboa, alguma oferta de casas para arrendamento com preços que não têm nada que ver com o que era há dois ou três meses.

Uma das novidades do documento é que sejam criados Roteiros Regionais para a Neutralidade Carbónica. Como é que será desenvolvido?

Vai ser feito à semelhança do roteiro nacional e do que foram os planos de acção para a economia circular. Eu tenho uma visão muito clara sobre isto há muito tempo e acredito muito que as políticas ambientais são territorializadas. Não podemos ter uma política de água que seja igual em Terras do Bouro onde chove ou em Alcoutim onde muito pouco chove, tem de haver soluções adaptadas. Tal como a partir do plano de acção da economia circular nós fizemos planos regionais, queremos fazer agora roteiros de neutralidade carbónica à escala da região.

Ficará nas mãos das comissões coordenação de desenvolvimento regional?

Serão certamente as entidades regionais os principais tomadores deste projecto, sim.

Metro em Lisboa até Santo Amaro, tal como já foi falado, e no Porto uma nova linha entre a Casa da Música e Santo Ovídeo. Tendo em conta que aponta o prazo de quatro anos para a execução destas propostas para o período pós-covid-19, acredita que será possível realizar estas e as outras empreitadas previstas?

Estou confiante que se tivermos a arte de concentrar o investimento necessário no sector do ambiente vamos mesmo conseguir fazê-lo. Em relação à Linha Vermelha, o projecto já está bastante desenvolvido e nós sabemos bem porque é que avançamos com a Linha Circular. Os estudos demonstram que é muito mais útil a Linha Circular do que meia Linha Vermelha até Campo de Ourique.

O investimento no metro previsto para Lisboa é quase o dobro do previsto para o Porto. Está pronto para lidar com as críticas a esta diferença?

Neste momento, o investimento que está a ser feito no Porto é muito maior do que o que está a ser feito em Lisboa. O dinheiro que está previsto para investimento nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa no PNI [Programa Nacional de Investimentos] são cerca de 800 milhões na área do Porto e 1,1 mil milhões em Lisboa.

As alterações que vivemos, nomeadamente a paragem da aviação, não o levaram a repensar a necessidade de um novo aeroporto no Montijo?

Não tenho de repensar essa questão, não sou promotor de aeroportos. O Montijo foi submetido a avaliação de impacte ambiental, à administração do Ministério do Ambiente, e essa mesma administração, liderada pela APA, concluiu pela possibilidade de o aeroporto ser feito com um conjunto de medidas minimizadoras. Confesso que num cenário Portela+1 não consigo imaginar melhor localização do que o Montijo. Não há nenhum aeroporto que provoque menos impactos do que um aeroporto que já existe.

patricia.carvalho@publico.pt
luisa.pinto@publico.pt

Vamos provar que temos um conjunto de projectos capazes de criar emprego imediato e bem-estar

"O sector da construção tem de abandonar a ideia da demolição"

José Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente, afirma que o Banco Verde tem mesmo de avançar e diz que problemas como os que aconteceram com o Programa Casa Eficiente não se podem repetir

Entrevista
Luísa Pinto e Patrícia Carvalho

RUI GAUDÊNCIO

O plano de recuperação económica vai recorrer às receitas do costume: reformas fiscais, subsídios, transferências e o aumento do investimento público em sectores ou em projectos estratégicos. Mas o ministro do Ambiente assume a necessidade de o Governo garantir que os investimentos públicos e privados que serão necessários para relançar a economia promovam a sustentabilidade ambiental. O plano da recuperação da economia terá de ser um Plano de Recuperação Verde.

Fala de dois mil milhões para investimento público, 350 milhões para incentivo ao investimento privado. De onde vem o financiamento?

De um conjunto de mecanismo que já estavam no portfólio e que agora, obrigatoriamente, terão de ser concretizados depressa. Desde o Fundo para a Transição Justa, à formação de um Banco Verde com uma taxinomia de projectos muito apertada do Banco Europeu de Investimentos. Desde a garantia de que um mínimo de 25% do próximo quadro comunitário de apoio seja dedicado à acção climática (no que ainda hoje temos, são apenas 10%), até à possibilidade de emitir *Green Bonds*, ou até concretizar o compromisso para o financiamento sustentável que existe com a banca. No Roteiro para a Neutralidade Carbónica fala-se que é preciso investir mais dois mil milhões de euros por ano e 85% desse investimento é privado. A banca tem de estabelecer para si própria – e as regras da União Europeia já estão a ser construídas com esse objectivo – que tem de ter também *stress tests* daquilo que é a "cor" do seu portfólio de clientes e de investimentos. De facto, a banca tem de, progressivamente, olhar para a questão ambiental dentro da sua análise de risco.

Como vai funcionar o Banco Verde? Um empresário ou um cidadão que queiram fazer um investimento poderão dirigir-se directamente a este banco ou tem de ser sempre via banca comercial?

O Banco Verde está previsto no programa do Governo e está previsto com a reconversão do IFD [Instituição Financeira de Desenvolvimento]. Neste momento não está desenhado como um banco de retalho. O que virá a ser no futuro em concreto está mais nas mãos do ministro [da Economia] Pedro Siza Vieira.

Imagino que tenha preocupações a esse nível, se pensar em projectos como o Casa Eficiente, que não descolou porque a banca comercial não fez boas propostas ao mercado.

Tem toda a razão. A dada altura, a Casa Eficiente transformou-se naquilo que foi um entendimento directo entre instituições bancárias e o BEI, e na negociação das taxas de juro propriamente ditas os poderes públicos não tiveram aqui poder algum. É óbvio que isso não pode repetir-se no futuro.

No documento fala de bom investimento público. Que recados quer deixar com este plano ao sector da construção civil, que é responsável por 50,5% do investimento público no nosso país?

Não quero deixar recado nenhum. O sector da construção é o sector de mais baixa eficiência material que existe na economia – é aquele em que é preciso juntar mais quilos de matéria-prima para extrair um euro de valor. É fundamental que o sector da construção se organize no sentido de não introduzir nas construções materiais a que não se sabe o que vai acontecer quando esses edifícios forem desconstruídos; e de abandonar a ideia da demolição, em favor da ideia da desconstrução, o que só é eficaz com projectos que sejam feitos de raiz já a pensar em eles mesmo serem desmontados. É fundamental também pensar a construção e o uso que é feito dela, para que não haja partes monofuncionais nos edifícios. Não faz sentido nenhum num país com o sol que temos, que Portugal use uma cobertura apenas para proteger da água e do frio, ela deve ter mesmo outras funções. E não faz qualquer sentido que haja centenas de metros quadrados construídos que só são ocupados em muito poucas horas do dia.

O que é que vai acontecer formalmente a este plano de acção? Vai assumi-lo no Conselho de Ministros?

Umas [medidas] são mesmo para eu fazer e outras são, de facto, para partilhar. Com estes projectos vamos fazer várias coisas. Em primeiro lugar, começar a negociar com as instituições financeiras o seu financiamento directo, com o BEI por exemplo. Vamos, obviamente, marcar uma posição relevante naquilo que virá a ser – e assim esperamos – a aceleração do próximo ciclo de financiamento comunitário. E vamos provar através de projectos concretos que naquela que for a fatia de investimento público *tout court*, com fontes de financiamento negociadas pelas Finanças e a Economia, que temos um conjunto de projectos capazes de criar emprego imediato e de criar bem-estar assim que eles venham a estar concretizados.

luisa.pinto@publico.pt
patricia.carvalho@publico.pt

Trump incentiva protestos contra governadores democratas

Manifestantes contra restrições impostas nos estados para conter o coronavírus juntaram-se ontem em Austin, no Texas. Nos dias anteriores, Michigan, Virgínia e Minnesota fizeram o mesmo

EUA
Maria João Guimarães

Dezenas de pessoas manifestaram-se contra medidas de "ficar em casa" ontem em algumas cidades americanas, de Austin, Texas, a Huntington Beach, na Califórnia, sem observar o distanciamento social exigido para desacelerar a transmissão do novo coronavírus.

Isto depois de o Presidente Donald Trump ter incentivado a revolta contra medidas em três estados governados por democratas e que são "*swing states*", ou seja, podem votar republicano ou democrata nas eleições de Novembro. Trump escreveu no Twitter, em maiúsculas: "Libertem o Michigan! "Libertem o Minnesota!" e "Libertem a Virgínia!" Trump disse que os manifestantes lhe pareceram "muito responsáveis".

JJ MacNab, investigadora do programa de extremismo da Universidade George Washington, resumiu, também no Twitter: "Trump está efectivamente a fomentar distúrbios em estados onde os governadores são democratas".

O governador do estado de Washington, Jay Inslee, condenou o apelo à "revolta interna" feito por Trump: "As declarações do Presidente encorajam acções ilegais e perigosas. Ele está a pôr milhões de pessoas em risco de contrair a covid-19", disse Inslee, também no Twitter. "Os seus apelos para 'libertar' estados podem levar à violência, já o vimos antes", declarou. Podemos ignorar muito do barulho que vem da Casa Branca", afirmou Inslee. "Mas estes *tweets* do Presidente são uma ameaça a vidas americanas".

Os protestos têm juntado, diz a NBC, activistas contra a vacinação, milícias antigoverno, fundamentalistas religiosos e supremacistas brancos. Uma das manifestantes em Huntington Beach tinha um cartaz que dizia: "distanciamento social é igual a comunismo".

Alguns participantes foram fotografados com armas, bandeiras da Confederação (dos 13 estados sulistas que defendiam a escravatura e lutaram contra a União, dos estados do Norte, na Guerra Civil entre 1861 e 1865), outras de apoio a Trump, e palavras de ordem dizendo que as medidas não respeitam a Constituição dos EUA.

OLIVER CONTRERAS/REUTERS

Vários grupos extremistas viram nos *tweets* de Trump um apelo à luta, disse a NBC

> "As declarações do Presidente encorajam acções ilegais e perigosas", disse o governador de Washington

A televisão NBC conta que vários grupos extremistas viram nos *tweets* de Trump apelando à "libertação" dos estados um apelo à luta. No Twitter, há vários representantes de grupos pró-Trump que têm defendido um conflito armado, a que chamam "*the boogaloo*". O uso do termo teve um pico nas redes sociais e fóruns como o 4chan depois dos *tweets* do Presidente. Observadores de grupos de extrema-direita já tinham alertado para um aumento de actividade durante a pandemia.

"Lock her up!"

O Michigan tem sido um foco de protestos a favor do relaxamento das medidas de distanciamento social, que são das mais estritas no país. A governadora Gretchen Whitmer, vista como potencial vice do candidato democrata à presidência, Joe Biden, prolongou as medidas até fim de Abril.

Nas manifestações contra a governadora, alguns gritaram "*lock her up!*" [algo como "ponham-na na prisão"], as palavras de ordem entoadas vezes sem conta contra a rival de Trump, Hillary Clinton, nas eleições de 2016.

Esta semana, Trump ameaçou reverter medidas decretadas pelos governadores, mas não tem esse poder. O Presidente anunciou um plano para reabrir a economia dos estados, que foi criticado por especialistas de saúde por ser vago, e alguns governadores disseram que só o fariam quando houvesse condições como terem um número de testes de despistagem da doença suficientes – um exemplo foi o governador de Nova Iorque, Andrew Cuomo.

Cuomo, que tem batido na tecla dos testes, envolveu-se numa troca de galhardetes com Trump – o governador dizia numa entrevista televisiva que precisava de mais testes, e Trump tweetou que Cuomo devia "queixar-se menos e fazer mais". Ao que o democrata, ainda na televisão, retorquiu que se Trump está "em casa no sofá a ver televisão, devia talvez levantar-se e ir fazer o seu trabalho".

Cuomo deu ontem notícias de uma descida das mortes diárias no estado de Nova Iorque – 540 na sexta-feira, menos que as 630 do dia anterior, e o menor número das últimas duas semanas, apontou. Na véspera, Cuomo classificava as mortes em Nova Iorque como "avassaladoras na sua dor e luto e tragédia". Nova Iorque tem mais de metade do total de mortes nos EUA, que são mais de 35 mil. Os EUA são o país com maior número de casos confirmados de infecção, mais de 700 mil.

mguimaraes@publico.pt

CULTURA

Um livro de oração pa

O Livro de Horas de D. João II, descoberto numa colecção particular, está agora a ser estudado. Encomendado pelo *Príncipe Perfeito*, que antes de ser rei já se ocupava da exploração marítima, tem um calendário a ela adequado

História
Lucinda Canelas

Um homem muito inteligente, de uma perspicácia extraordinária e com um apurado sentido político. Profundamente religioso, como era comum entre os monarcas europeus do seu tempo, sabia rodear-se de bons conselheiros e tinha uma personalidade fortíssima, que não deixava indiferentes aqueles que com ele conviviam, pelo menos a avaliar pelos relatos que do seu reinado fazem secretários e cronistas. "Pelo que nos contam Garcia de Resende e outros, podemos dizer que as pessoas ficavam impressionadas com o rei e consideravam um privilégio privar com ele", diz o historiador Francisco Contente Domingues, ao concluir um retrato sumário de D. João II, o *Príncipe Perfeito*, figura decisiva do projecto de exploração marítima português na segunda metade do século XV.

Antecessor de D. Manuel I, o monarca a quem a maioria associa os Descobrimentos, D. João II (1455-1495) foi um homem-chave na chamada primeira globalização, tendo chegado a ver Bartolomeu Dias contornar o Cabo da Boa Esperança em 1488, ligando os oceanos Atlântico e Índico e deixando aberto o caminho marítimo para a Índia passando pelo sul do continente africano, trajecto cumprido pela primeira vez por Vasco da Gama pouco depois da morte do monarca (1497-98).

É por estas e por outras razões que a identificação de qualquer documento potencialmente associado a D. João II suscita a curiosidade dos historiadores e em se tratando, como aqui, de um Livro de Horas, também dos historiadores de arte.

Foi em meados de Março que o semanário *Expresso* noticiou que investigadores do Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) tinham identificado em Setembro do ano passado e numa colecção particular portuguesa aquele que acreditavam ser o Livro de Horas do *Príncipe Perfeito*. Este tipo de livro tão ao gosto das elites dos séculos XV e XVI, por regra ricamente ilustrado com iluminuras da vida de Cristo, da Virgem Maria e dos santos, foi criado no século VIII e destinava-se à devoção privada dos leigos (crentes não religiosos). Incluía, para isso, um calendário anual de festas litúrgicas e salmos, e organizava o ritual das orações ao longo do dia, atribuindo-lhes horas, ou melhor, momentos específicos.

Não é habitual ter num livro de devoção privada um calendário com informação astronómica [certa]
Henrique Leitão
Historiador de ciência

Tendo todas estas características gerais que o equiparam a um comum Livro de Horas, o que está agora a ser estudado por uma equipa multidisciplinar que reúne, entre outros, investigadores do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova (Maria Adelaide Miranda, Delmira Espada Custódio e Carlos Manuel Pereira Fontes), do Centro Interuniversitário de História das Ciências (Henrique Leitão e José Madruga Carvalho) e o do de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras (Aires Augusto Nascimento), ambos da Universidade de Lisboa, é absolutamente singular.

"Verdadeira raridade"

Com 115X80mm (formato de bolso), executado em velino, com mais de 200 fólios e 22 iluminuras de página inteira (falta-lhe apenas uma), é uma "verdadeira raridade", porque foi encomendado por um rei, está escrito em latim e português, inclui um "calendário de rigor científico" e, ao que tudo indica, é de produção nacional, explica Delmira Custódio. A juntar a tudo isto está o facto de o dito calendário ter sido feito por D. Diogo Ortiz de Vilhegas (nome aportuguesado), um matemático e prelado castelhano que chegou ao país em 1476 na comitiva da princesa D. Joana, a sobrinha e segunda mulher de Afonso V, e que viria a desempenhar importantes funções na corte de outros dois reis de Portugal, D. João II e D. Manuel I.

"Vilhegas é um grande cosmógrafo, um astrónomo, a trabalhar numa corte que é um epicentro das navegações", diz esta investigadora na área da história de arte que se especializou em manuscritos iluminados. "É o facto de sabermos, pela inscrição no calendário do livro, que é ele o seu autor e que o encomendante é o rei, de quem era muito próximo, que nos permite dizer que foi feito de propósito para D. João II e a seu pedido."

A dita inscrição – "composto pelo lece[n]ciado calcadilha per mandado Del rei ao meridiano e ladeza de Lixboa o anno de 1483" – dá-nos conta da mão de Ortiz de Vilhegas, conhecido como o Calçadilha por referência à localidade perto de Cáceres onde nasceu, em 1457, e do carácter "não usual" do calendário incluído neste Livro de Horas.

"Não é habitual ter num livro de devoção privada, para usar na intimidade, um calendário com informação astronómica precisa, que corrige as posições dos números de ouro, ligados à lua", explica Henrique Leitão, historiador de ciência que faz parte

ara um rei navegador

“Temos aqui 22 iluminuras, e isso é como ter uma pequena sala de exposições com 22 pinturas que nunca tínhamos visto”, diz a investigadora Delmira Custódio

do grupo de investigadores que estuda este manuscrito iluminado, núcleo que já fez a sua transcrição e identificou vários dos proprietários que teve desde que foi composto, há quase 540 anos.

Recorrendo aos seus conhecimentos de astronomia e matemática, o prelado castelhano vai ao pormenor de levar em conta as coordenadas da cidade de Lisboa para colocar as fases da lua nos dias certos, algo que não é feito num calendário litúrgico tradicional e que tem implicações na data em que se celebra a Páscoa, acrescenta o historiador.

“O que acontecia com um calendário tradicional é que dizia que a lua ia estar cheia no dia tal e saía-se à rua e não estava ainda – a observação astronómica contrariava o calendário. Ora, o Ortiz faz um calendário em que uma e outra coisa coincidem. Põe as luas nos dias certos, como aliás já se fazia nos calendários usados pelos marinheiros, pelos navegadores”, diz Henrique Leitão, acrescentando que Portugal é o único reino europeu que já em meados do século XV leva matemáticos e astrónomos nas embarcações da exploração oceânica.

Ortiz de Vilhegas, que foi bispo de Tânger, de Ceuta e de Viseu, homem de confiança de D. João II (sentou-se à mesa nas negociações do Tratado de Tordesilhas que dividiu o mundo conhecido e por conhecer entre as duas coroas ibéricas) e de D. Manuel I, perceptor do futuro D. João III, tem um percurso que devia ser mais estudado, diz o investigador. Francisco Contente Domingues concorda, mas faz questão de relativizar o papel da chamada “junta de matemáticos” (Ortiz de Vilhegas, e os mestres José Vizinho e Rodrigo das Pedras Negras) a quem D. João II confiou a tarefa de avaliar a proposta de exploração dos mares de Cristóvão Colombo, que em 1492 e ao serviço da concorrência (os reis católicos, Fernando e Isabel) acabou por descobrir a América quando se julgava a caminho da Índia.

“Não existe uma estrutura formal com aquilo a que hoje chamaríamos cientistas, matemáticos, na corte de D. João II. O que existe, como noutras, são conselheiros. Ortiz é um dos astrólogos do rei – os seus conhecimentos dos astros também são usados com intuitos divinatórios. Tudo se mistura porque a ciência como hoje a vemos não existia. O próprio [matemático] Pedro Nunes foi astrólogo de D. João III”, diz Contente Domingues, lembrando que D. João II dava grande importância às navegações, mas não mais do que a outros aspectos da governação do reino, em particular o que dizia respeito à sucessão depois da morte do seu herdeiro natural, o príncipe Afonso, num acidente envolto em conspirações.

Seja como for, acredita Delmira Custódio, o estudo do Livro de Horas do monarca poderá trazer informação preciosa sobre o seu reinado, em particular no domínio das artes, já que se sabe muito pouco sobre o mecenato cultural do monarca. “Temos aqui 22 iluminuras, e isso é como ter uma pequena sala de exposições com 22 pinturas que nunca tínhamos visto”, diz a investigadora, que para já chegou à conclusão, com Adelaide Miranda, de que elas saem das mãos de pelo menos dois artistas, embora não consiga ainda identificá-los. “Agora temos de voltar a passar a pente fino toda a iluminura feita durante o reinado de D. João II. E talvez nunca venhamos a saber quem são os artistas deste livro.”

Há na maioria destas iluminuras uma linha negra muito precisa que parece estar lá para corrigir a figura, o desenho, acrescenta esta investigadora do IEM. E isso acontece porque pode ter sido feito por um mestre e um aprendiz. “Neste livro há correcções, o que não existe, por exemplo, nas *Perfeitíssimas Horas da Rainha D. Leonor*, Livro de Horas da mulher de D. João II, uma obra flamenga. Não tendo a mesma qualidade, o livro do rei mostra-nos que há em Portugal uma prática da iluminura já em fase de consolidação que leva a que mais tarde se atinja o nível que vemos na *Leitura Nova* [colectânea de cópias de documentos oficiais iluminada que D. Manuel I manda fazer em 1504 e que tem António de Holanda, artista educado nos Países Baixos, entre os autores] e no Livro de Horas dito de D. Manuel [1517-c.1551, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)]. Isso não acontece do nada.”

Grande interesse histórico por ter sido feito para D. João II, com um bispo-cosmógrafo pouco estudado

Joaquim Caetano
Director do MNAA

Estará à venda?

Paulo de Cantos, actual proprietário do códice agora em estudo, herdou do avô o nome e um extenso acervo bibliográfico por catalogar, contou o *Expresso* em Março, e muito provavelmente não fazia ideia de que o pequeno Livro de Horas pertencera a D. João II. Paulo de Cantos, *designer* modernista que foi sócio da galeria-alfarrabista Biblarte, em Lisboa, ponto de encontro de poetas e artistas, morreu em 1979, talvez sem o saber.

O PÚBLICO não conseguiu entrar em contacto com o dono deste livro de orações com mais de 500 anos e não pôde, por isso, averiguar se tenciona vendê-lo, nem sequer se terá já mandado avaliá-lo. Sabe, no entanto, que até ao momento a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), entidade a que pertence o MNAA, instituição que seria um destino possível para este volume caso o Estado viesse a comprá-lo, ainda não recebeu qualquer proposta de aquisição. A Torre do Tombo (TT), serviço dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), outra das moradas prováveis, também não.

“Não tivemos qualquer contacto do proprietário ou de outra pessoa em seu nome”, diz Silvestre Lacerda, responsável máximo da DGLAB e, por inerência, director da Torre do Tombo, o mais importante dos arquivos nacionais. “De qualquer forma, seria mais lógico que a compra de um volume desta natureza fosse proposta à Biblioteca Nacional [de Portugal, BNP], para onde, aliás, já transferimos Livros de Horas da colecção da Torre do Tombo.” Até à hora do fecho desta edição não foi, no entanto, possível obter esclarecimentos de Inês Cordeiro, directora da BPN.

Seja como for, tanto Joaquim Caetano como Silvestre Lacerda dizem que a obra poderá vir a revelar-se muito interessante, sobretudo do ponto de vista documental. “Só vendo ao pormenor saberemos”, diz o director da TT. “É preciso esperar pelo estudo aprofundado.”

“As imagens que se conhecem dos jornais não servem para avaliar a qualidade artística do livro. Para isso, é preciso tê-lo à frente, analisá-lo, e eu ainda não o vi”, diz o director do MNAA. “Do que já li, parece-me ter, acima de tudo, um grande interesse histórico por ter sido feito para D. João II, com a participação de um bispo-cosmógrafo ainda pouco estudado.”

Por que razão quis este poderoso monarca um livro de orações feito em Portugal quando a sua mulher, também como ele neta de D. Duarte, importava os seus, artisticamente muito superiores? Por que razão quis que nele houvesse um calendário com a precisão do dos navegadores? E o que pode este livro dizer-nos sobre a arte em Portugal no fim do século XV? Estas e outras perguntas poderão encontrar resposta em breve.

lucinda.canelas@publico.pt

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro
Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

MARIA GRACIETE DA SILVA PEDREIRA FIGUEIREDO

(1939-2019)

HOMENAGEM

Família e amigos assinalam um ano do falecimento, a 19 de abril de 2019, da nossa querida mãe, esposa, amiga, companheira, colega, do nosso eterno confinamento ao seu amor, carinho e altruísmo. Os seus gestos, o seu carinho e amor pela sua família e pelos próximos, nesta época de sofrimento, dúvida e medo pelo desconhecido, são ainda mais intensamente recordados porque ela, se estivesse entre nós, estaria preocupada não só com aqueles que lhe eram próximos mas também com todos que, neste momento difícil para o planeta, passam por extremas dificuldades e dúvidas nas suas vidas, Com profunda saudade e tristeza, deixamos-lhe aqui esta singela homenagem, esperando que esteja em paz com o seu marido, Manuel Pais de Figueiredo, de quem também tantas saudade temos.

AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.

AVISO
INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

21/04/2020 – DAS 09:00H ÀS 17:00H

Rua David Mourão Ferreira e Rua Vieira da Silva – Montes de Azurva
União de Freguesias de Eixo e Eirol **– Município de Aveiro**

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., informa que no dia 21/04/2020, entre as 09:00h e as 17:00h, irá interromper o abastecimento de água na Rua David Mourão Ferreira e Rua Vieira da Silva, Montes de Azurva – União de Freguesias de Eixo e Eirol, Município de Aveiro.
Investimento ao serviço das populações:
Esta perturbação deve-se a trabalhos relacionados com a empreitada de "Renovação das redes de abastecimento de água - Fase 3 - Aveiro". Agradecemos a sua compreensão e pedimos desculpa por qualquer incómodo. Para o esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações adicionais, utilize o número azul 808 200 217.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Vasconcelos, Eng.

AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.

AVISO
INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

21/04/2020 – DAS 14:00H ÀS 16:00H

Rua da Brejeira, Mamodeiro
– União de Freguesias de Nª Sra. de Fátima, Nariz e Requeixo –
Município de Aveiro

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., informa que no dia 21/04/2020, entre as 14:00h e as 16:00h, irá interromper o abastecimento de água na Rua da Brejeira, Mamodeiro – União de Freguesias de Nª Sra. de Fátima, Nariz e Requeixo – Município de Aveiro.
Investimento ao serviço das populações:
Esta perturbação deve-se a trabalhos relacionados com a empreitada de "Ampliação da Rede de Abastecimento de Água na EN235 - Aveiro". Agradecemos a sua compreensão e pedimos desculpa por qualquer incómodo. Para o esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações adicionais, utilize o número azul 808 200 217.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Vasconcelos, Eng.

DESPORTO

Crise generalizada no futebol é forte ameaça para o FC Porto

Pandemia e suspensão dos campeonatos já terão provocado perdas de 100 milhões de euros nas receitas dos clubes da I Liga. Entre os três "grandes", o cenário dos "dragões" é o mais preocupante

Finanças dos clubes
Paulo Curado

As nuvens carregadas da crise do coronavírus ameaçam transformar-se numa tempestade perfeita para os cofres da SAD (Sociedade Anónima Desportiva) do FC Porto. Se os "dragões" já projectavam para esta temporada uma perda de lucros na ordem dos 98,4%, tendo apresentado um resultado negativo de 51,9 milhões de euros no primeiro semestre da época, os efeitos da pandemia tornam o cenário bem mais dantesco. A somar a tudo isto, o clube vê vencer no próximo mês de Junho um empréstimo obrigacionista de 35 milhões de euros. No conjunto da I Liga, as perdas de receitas com a paragem competitiva rondarão os 100 milhões de euros.

"Esta temporada era crítica para o FC Porto, que necessitava que ela representasse um ponto de viragem. Era fundamental ser campeão nacional e garantir automaticamente o acesso às receitas milionárias da Liga dos Campeões", disse ao PÚBLICO António Samagaio, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), que acompanha de perto as finanças do futebol.

Para a actual situação dos "dragões" pesou muito a equipa ter falhado o acesso à fase de grupos da Champions esta época, que teria garantido, à partida, 44,6 milhões de euros. Mesmo assim, para não perder competitividade na luta pela conquista do campeonato, que garante a presença na principal prova da UEFA em 2020-21, os responsáveis da SAD resolveram não alienar os passes dos jogadores mais cobiçados no último mercado de transferências, em Janeiro.

O risco é assumido pela SAD portista no relatório dos resultados consolidados do primeiro semestre desta temporada enviado para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), com data de 29 de Fevereiro último: "Tal como no período homólogo, as rubricas relacionadas com passes de jogadores (amortizações e perdas por imparidade com passes e proveitos/custos com transacções de passes) tiveram um saldo líquido negativo, agora de 18,069 milhões de euros, por não se terem efectuado vendas de direitos desportivos de jogadores por valores relevantes, neste primeiro semestre."

Crise aperta

O que estava definitivamente fora dos planos eram os contornos da crise de covid-19. Com a pandemia veio a suspensão das competições, com efeitos ainda difíceis de antecipar ao nível das receitas e que coloca grandes reservas sobre as oportunidades de bons negócios no próximo mercado de transferências, venha ele quando vier.

"O modelo financeiro do FC Porto é muito arriscado, como acontece também com outros grandes clubes nacionais, pois está muito indexado à venda de activos. O seu equilíbrio assenta em grande parte no gerar de mais-valias com as transferências", salienta Samagaio, reforçando que, no caso particular dos "dragões", este modelo "só funcionaria se fossem regularmente campeões e gerassem todas as temporadas receitas significativas com a venda de passes de jogadores". Não será por isso de estranhar que a saúde financeira da SAD portista se tenha deteriorado nos últimos anos, face aos cinco títulos do Benfica em seis temporadas.

Mercado morno

O que parece difícil é que o próximo mercado de transferências possa suavizar os danos desta época para os portistas, face ao cenário de crise generalizada em praticamente todos os clubes europeus com maior potencial de compra. "Acredito que há muitos clubes que estão pressionados a vender e quem compra vai-se retrair", adianta o docente do ISEG.

O FC Porto apostou forte na conquista do campeonato nacional da I Liga, prova entretanto interrompida e sem

370

O montante, em milhões de euros, que Benfica, FC Porto e Sporting já anteciparam relativamente a receitas de direitos de transmissão televisiva assinados com a NOS e a Altice

"O gigante Barcelona, por exemplo, teve necessidade de baixar em 70% os vencimentos dos seus jogadores. Não é por isso expectável que vá este Verão fazer contratações de monta como aconteceu até aqui. Não me parece que vá entrar no mercado a oferecer verbas enormes de 70 ou 80 milhões quando pediu agora sacrifícios ao seu plantel", sustenta.

As mais-valias geradas com as transferências são uma das grandes fontes de receita para os clubes portugueses, mas não a única. Tão ou mais importantes são as verbas provenientes dos direitos de transmissão televisiva dos jogos. Mas também neste capítulo as notícias não são boas, com os operadores a suspenderem o pagamento das duas últimas tranches deste ano (de um total de dez) face à suspensão das provas.

Uma decisão dos operadores que

MANUEL FERNANDO ARAÚJO/LUSA

n data de regresso anunciada devido à pandemia de covid-19

torna ainda mais premente o regresso das competições e a conclusão desta temporada. "Os clubes não vão querer dar por canceladas as suas competições, até para não darem argumentos aos operadores para não pagarem as duas tranches que estão em falta esta temporada. Se o campeonato se retomasse ficaria tudo resolvido", defende António Samagaio, que, caso a "normalidade" não regresse ao futebol, antecipa algumas batalhas jurídicas.

Do lado das operadoras, o argumento é que os seus prejuízos também serão consideráveis. A interrupção dos jogos tem custos ao nível das receitas publicitárias que perdem mas também nas subscrições dos canais pagos de desporto, que terão baixado consideravelmente neste período.

Batalhas jurídicas?

"Está tudo agora dependente do que for a interpretação daquilo que está nas condições dos contratos estabelecidos com os operadores de telecomunicações. Muitos podem recorrer aos tribunais para contestar esta suspensão dos pagamentos e isso irá certamente redundar numa batalha jurídica entre as partes", acredita o professor do ISEG. Segundo o PÚBLICO apurou, o Belenenses SAD é um dos participantes da I Liga que está a preparar-se para esta eventualidade.

Até porque a grande maioria dos clubes do primeiro escalão já anteciparam estas verbas, através de adiantamentos contratualizados com instituições financeiras, a quem deram os direitos televisivos como garantia de pagamento. O FC Porto e o Benfica, por exemplo, recorreram ao *factoring* – actividade financeira que consiste na tomada de créditos à entidade que os detém para depois os cobrar ao devedor original – estabelecido com entidades estrangeiras.

"Grandes" antecipam 370M

No total, os três "grandes" do futebol português já anteciparam aproximadamente 370 milhões de euros dos contratos celebrados com a NOS (Benfica e Sporting) e a Altice (FC Porto). A maior fatia pertence aos "dragões", com 175 milhões de euros de um total de 457,5 milhões de um contrato de dez anos (que cessa em Julho de 2028) que envolve os jogos em casa, mas também os direitos de transmissão do Porto Canal, a publicidade nas camisolas e no Estádio do Dragão.

Logo na celebração do contrato, em Dezembro de 2015, a Altice adiantou 47,5 milhões à SAD presidida por Pinto da Costa. O restante foi antecipado posteriormente (a partir de 2018) através de cedências de crédito a entidades financeiras como a Sagasta Finance e a Star Fund.

Com contrato com a NOS até 2026 – que inclui também os direitos de transmissão da Benfica TV, bastante valorizados no acordo, segundo o PÚBLICO apurou –, a Benfica SAD antecipou já 112 milhões de euros do valor total, mas no seu relatório e contas não é especificada a entidade financeira envolvida na operação. Por seu lado, o Sporting, que não tem a mesma estrutura de custos dos seus dois poderosos adversários, já recebeu 83 milhões de euros, cedendo créditos do seu contrato televisivo à Sagasta Finance, mas também ao Novo Banco e ao Millennium BCP.

> **Acredito que há muitos clubes que estão pressionados a vender e quem compra vai retrair-se**
>
> **O modelo financeiro do FC Porto é muito arriscado, como acontece também com outros grandes clubes nacionais, pois está muito indexado à venda de activos**
>
> **Se tirássemos o efeito João Félix, as contas do Benfica nos últimos dois anos não andam muito longe das do FC Porto**
>
> **António Samagaio**
> Professor universitário

Se as verbas dos direitos televisivos são extremamente importantes para os grandes clubes portugueses, tornam-se numa autêntica bóia de salvação para os mais modestos. "Ao nível dos clubes pequenos, estes montantes representam 70% e por vezes mesmo 80% dos seus proveitos, excluindo a parte das mais-valias de jogadores", confirma Samagaio. "Com os capitais próprios muitas vezes no limiar da sobrevivência, não têm capacidade para encaixar estas perdas", adianta. A par disto, existem ainda outros efeitos colaterais da suspensão das competições, como os patrocinadores que deixam de ter palco (nos estádios e nas televisões) onde promover as suas marcas. Isto para além das receitas das apostas desportivas *online* e do jogo Placard, explorado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, terem desaparecido pela ausência de jogos.

No meio de todo este cenário, as perdas ao nível das bilheteiras são mais residuais. Mas há que ter em conta a possibilidade dos clubes (em especial os grandes) terem de devolver uma parte das receitas arrecadadas com a venda de bilhetes de época, caso as provas não regressem para completar a temporada.

Uma crise generalizada que está a estrangular a economia do futebol ao nível global e que em Portugal poderá ter já tido um impacto em termos de receita nos clubes da I Liga "na ordem dos 100 milhões de euros", segundo as contas de António Samagaio. Uma contabilidade que não reflecte ainda os efeitos que terá a crise no mercado de transferências e na mais que provável "desvalorização" dos activos dos clubes nacionais.

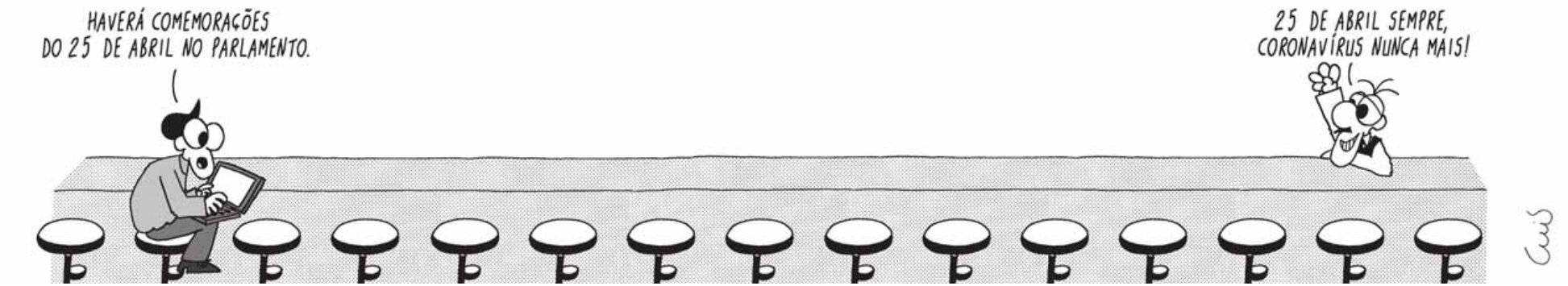
Efeito Félix no Benfica

Mesmo assim, de todos os clubes que disputam a I Liga, será o Benfica quem tem uma situação financeira mais favorável neste contexto. Tudo por causa do efeito da transferência multimilionária de João Félix para o Atlético de Madrid, no Verão passado, a troco de 120 milhões de euros.

"As contas do Benfica relativas ao primeiro semestre desta temporada [que terminou em Dezembro] revelavam que a SAD tinha 98 milhões em caixa ou equivalentes de caixa. Não me lembro de nenhum clube português ter este valor brutal. Dá-lhe bastante conforto este balão de oxigénio e liquidez suficiente para fazer face aos compromissos de curto prazo", acredita o docente do ISEG.

"Se tirássemos o efeito João Félix, as contas do Benfica nos últimos dois anos não andam muito longe das do FC Porto. Mesmo em termos de venda de jogadores", conclui.

pcurado@publico.pt

BARTOON LUÍS AFONSO

A ESQUINA DO MUNDO

Ter certezas num “festival de incertezas”?

Vicente Jorge Silva

À beira de fazer cem anos, mas com uma lucidez e uma abertura de espírito impressionantes, Edgar Morin, um dos grandes filósofos e sociólogos contemporâneos, afirmava ontem numa entrevista ao *Le Monde* que a pandemia da covid-19 trouxe-nos “um festival de incertezas”: “Não estamos seguros da origem do vírus” nem sabemos ainda “as mutações que sofreu ou poderá sofrer ao longo da sua propagação. Não sabemos quando a epidemia regredirá ou se o vírus permanecerá endémico. Não sabemos até quando e até que ponto o confinamento nos irá sujeitar a impedimentos, restrições, racionamento”. Além disso – acrescenta Morin –, “não sabemos quais serão as consequências políticas, económicas, nacionais e planetárias de restrições provocadas pelos confinamentos. Não sabemos se devemos esperar o pior, o melhor ou uma mistura dos dois: caminhamos para novas incertezas”.

Mas as incertezas não impedem Morin de encarar esta terrível provação como um desafio a construir um mundo diferente daquele onde “a prevenção e a precaução foram sacrificadas à rentabilidade e à competitividade”. Esta crise “deveria abrir os nossos espíritos, há longo tempo confinados no imediato, o secundário e o frívolo, para o essencial: o amor e a amizade no nosso desenvolvimento individual, a comunidade e a solidariedade dos nossos ‘eu’ em ‘nós’, o destino da humanidade de que cada um de nós é uma partícula. Em suma, o confinamento físico deveria favorecer o desconfinamento dos espíritos”.

Podemos, é certo, questionar o lirismo utópico de Morin, mas ele é decerto mil vezes mais estimulante do que as polémicas gratuitas acerca dos prazos do fim do confinamento – sobre os quais, de resto, ninguém tem certezas – ou o nervosismo que se instalou, nomeadamente entre certos comentadores encartados, sobre os riscos do unanimismo em torno do estado de emergência e a ausência de debate político (que ameaçariam a democracia ou estimulariam a que se sacrificasse a segurança em detrimento da liberdade, como acontece nos estados autocráticos e totalitários).

DANIEL ROCHA

A confusão que se estabeleceu em muitas cabeças levou-as a esquecer a necessidade de preservar o essencial sobre o acessório – ou seja, a saúde e as vidas humanas sobre os rituais político-partidários ou meramente ideológicos, juntando o PCP aos neoliberais da IL, invocando essa outra emergência que é a recuperação da actividade económica. Ora, por maior que seja o desejo dessa recuperação, ela estará necessariamente condicionada pelo calendário das incertezas sobre a evolução da pandemia que ninguém se mostra ainda capaz de controlar em lugar nenhum do mundo. O regresso à normalidade poderá efectivamente acontecer quando ainda enfrentamos tantas incógnitas de um fenómeno que, embora eventualmente em queda, ameaça ressurgir numa nova vaga devastadora? É assim que a auto-ilusão voluntarista se pode transformar na maior aliada das catástrofes.

A palavra mágica da retoma económica continua refém dessas incertezas, por mais proclamações que se façam no sentido inverso. Daí também a urgência em reflectir sobre as razões que levaram uma pandemia apenas com alguns meses de propagação a ter um efeito tão demolidor sobre as estruturas da economia global.

Não será porque essas estruturas – conjugando o neoliberalismo e o capitalismo de Estado – se mostraram demasiado frágeis na sua resiliência a um inesperado surto epidémico e há conclusões urgentes a extrair de tudo isso? Ou a mera palavra de ordem de regresso à “normalidade” económica basta para apagar aquilo que se tornou uma gritante evidência? Como ter certezas num “festival de incertezas”? Valha-nos a capacidade de reflectir sobre as lições desta crise e, como diz Morin, deixarmo-nos estimular pela autonomia e inventividade que ela nos trouxe para pensar um mundo novo, uma nova economia e uma nova política.

Jornalista

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto   4 **1.º Prémio** 2.000.000€

Contribuinte n.º 502265094 | **Depósito legal n.º 45458/91** | **Registo ERC n.º 114410** | (0E3D9B34-3891-4BAC-BD68-513BD99ACF56Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Março **26.671 exemplares Membro da APCT**